

Índice

Índice	1
Lista de Tabelas e Figuras.....	2
1 Discurso do Primeiro-Ministro.....	4
1.1 Introdução	4
1.2 Mensagens principais.....	4
1.3 Conclusão.....	4
2 Descrição e análise do Orçamento de Estado para 2020	5
2.1 Sumário executivo.....	5
2.2 Panorama económico	8
2.2.1 Resumo	8
2.2.2 Tendências macroeconómicas	8
2.2.3 Tendências no setor financeiro	13
2.2.4 Perspectiva económica	14
2.3 Desenvolvimento nacional e prioridades	16
2.3.1 Análise da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020 por setor	16
2.3.2 Prioridades governamentais para 2020	17
2.3.3 Revisão nacional voluntária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	18
2.4 Receitas.....	19
2.4.1 Panorama das projeções de receitas	19
2.4.2 Receitas petrolíferas e Fundo Petrolífero	26
2.5 Despesa e compromissos de parceiros de desenvolvimento	36
2.5.1 Despesa por fundos	36
2.5.2 Alocações ministeriais	43
2.5.3 Compromissos de parceiros de desenvolvimento	44
2.6 Financiamento	46
2.6.1 Definição de financiamento	46
2.6.2 RSE e levantamentos excessivos	46
2.6.3 Empréstimos	46
2.6.4 Uso do saldo de caixa	53
2.6.5 Apoio Direto ao Orçamento	54
2.6.6 Parcerias público-privadas	54
3 Lei do Orçamento Geral de Estado para 2020.....	58
3.1 Anexos	58
4 Documentos de apoio.....	59
4.1 Justificação para a transferência a partir do Fundo Petrolífero	59
4.2 Relatório do RSE: Requisito para transferir o RSE de 2020 a partir do Fundo Petrolífero	59
4.3 Relatório do Acima de RSE: Requisito para transferir o Acima de RSE de 2020 a partir do Fundo Petrolífero.....	59

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2018 a 2024, milhões de dólares	5
Tabela 2: Tabela Fiscal, milhões de dólares	6
Tabela 3: Indicadores económicos, 2019 a 2021, em percentagem	8
Tabela 4: Crescimento económico, 2017 a 2020, em percentagem	8
Tabela 5: PIB real entre 2009 e 2016, em milhões de dólares	9
Tabela 6: Taxas de inflação global e regionais, em percentagem	10
Tabela 7: PIB real, 2016 a 2022, milhões de dólares.....	15
Tabela 8: Objetivos do VIII Governo, 2020 a 2023.....	16
Tabela 9: Prioridades do VIII Governo para 2020	17
Tabela 10: Total das receitas entre 2018 e 2024, em milhões de dólares.....	20
Tabela 11: Receitas domésticas entre 2018 e 2024, em milhões de dólares	20
Tabela 12: Total das receitas tributárias, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em milhões de dólares.....	21
Tabela 13: Impostos e cobranças , valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em milhares de dólares.....	22
Tabela 14: Receitas de juros, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em dólares.....	25
Tabela 15: Instituições Autónomas e Região Administrativa Especial, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em milhares de dólares	25
Tabela 16: Riqueza petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE).....	26
Tabela 17: Principais pressupostos por detrás do cálculo do RSE.....	27
Tabela 18: Receitas do Fundo Petrolífero entre 2018 e 2024, em milhões de dólares	35
Tabela 19: Poupanças estimadas do Fundo Petrolífero, em milhões de dólares	36
Tabela 20: Despesa por fundos, em milhões de dólares.....	36
Tabela 21: Discriminação da despesa do FCTL, em milhões de dólares	37
Tabela 22: Despesa de Capital e Desenvolvimento, em milhões de dólares.....	41
Tabela 23: Orçamento e projeções do Fundo de Infraestruturas, em milhões de dólares.....	42
Tabela 24: Despesa com projetos financiados por empréstimos, em milhões de dólares	42
Tabela 25: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por programa, em milhões de dólares	43
Tabela 26: Alocações propostas a linhas ministeriais, em milhares de dólares	43
Tabela 27: Desembolsos planeados por subpilar e pilar do PED para 2019 e 2020, em milhões de dólares	45
Tabela 28: Fontes de financiamento, 2020 a 2024, em milhões de dólares.....	46
Tabela 29: Termos de empréstimos	47
Tabela 30: Comparação entre custos de empréstimos e retorno dos investimentos do FP.....	47
Tabela 31: Indicadores de Dívida Externa para o período de 2012 a 2018, em percentagem do PIB e Receitas	49
Tabela 32: Serviço da dívida por doador e tipos de pagamentos, em milhões de dólares	49
Tabela 33: Investimento total a nível de construção civil, em milhões de dólares.....	52
Tabela 34: Uso do saldo de caixa em 2019.....	54
Figura 1: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2019, em percentagem.....	10
Figura 2: Índices de preços de matérias-primas	12
Figura 3: Índices de taxa de câmbio	13
Figura 4: Taxas de juro comercial e crédito	13
Figura 5: Crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, milhões de dólares)	14
Figura 6: Componentes do PIB não petrolífero, 2016 a 2020	15
Figura 7: Comparação da Despesa e OGE 2018, 2019 e 2020 por Setor	17
Figura 8: Alterações no RSE de 2020 (entre o Orçamento 2019 e 2020)	28
Figura 9: Estimativas de produção do campo Bayu-Undan no RSE de 2020.....	29
Figura 10: Previsão do preço do petróleo no RSE de 2020 (do Orçamento para 2019 para o Orçamento para 2020).....	30
Figura 11: Análise de sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, em milhões de dólares	32

Figura 12: Retornos dos investimentos do Fundo Petrolífero <i>Total dos retornos do Fundo desde a sua criação (%)</i>	33
Figura 13: Desembolsos de doadores sem ser na forma de empréstimos entre 2015 e 2022, em milhões de dólares	44
Figura 14: Volume da dívida externa, em milhões de dólares	48
Figura 15: Comparação da dívida em dólares com a dívida noutras moedas.....	50
Figura 16: Comparação entre taxa fixa e taxa flutuante	51
Figura 17: Progresso, desembolsos e preços contratuais a nível de construção civil por projeto em abril de 2019.....	52
Figura 18: Alocação setorial do teto de empréstimos proposto para 2020	53

1 Discurso do Primeiro-Ministro

1.1 Introdução

1.2 Mensagens principais

1.3 Conclusão

2 Descrição e análise do Orçamento de Estado para 2020

2.1 Sumário executivo

Política governamental

As políticas do Governo de Timor-Leste, orientadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, estão expostas no Orçamento Geral do Estado e visam tornar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos até 2030. Para tal o Governo está a investir em infraestruturas e em setores económicos e sociais fundamentais, incluindo a saúde, a educação e a agricultura. O Livro Orçamental 1 para 2020 resume os planos para a concretização destas políticas durante o presente ano fiscal.

Tabela 1: Orçamento de Fontes Combinadas para 2018 a 2024, milhões de dólares

	2018 concr.	2019 orçam.	2020 orçam.	2021	2022	2023	2024
Orçamento de Fontes Combinadas	1.343,9	1.681,3	1.841,5	2.276,6	2.127,2	1.892,2	1.770,7
Despesas governamentais por Fundos	1.172,7	1.482,0	1.668,0	2.193,7	2.091,9	1.878,5	1.757,0
FCTL (excluindo empréstimos)	1.119,0	1.375,0	1.574,5	2.100,0	2.023,9	1.818,0	1.708,0
FDCH	14,5	20,0	13,0	13,5	14,1	14,6	15,2
Empréstimos (desembolsos)	39,2	87,0	73,0	80,2	53,9	45,9	33,8
União Europeia (Apoio Direto do Orçamento)	-	-	7,5	8,6	5,0	2,8	-
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	171,2	199,2	173,5	82,9	35,3	13,7	13,7

Fontes: Direção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2019.

Crescimento económico

Para Timor-Leste se tornar um país com rendimentos médio-altos até 2030 será necessário um crescimento económico não petrolífero sólido e de qualidade. O investimento público registado entre 2008 e 2018, através da política fiscal de concentrar despesas nos primeiros anos de modo a construir os alicerces para o desenvolvimento económico, conduziu o crescimento da economia não petrolífera, que foi em média de 4,7% ao ano. Pretendeu-se com isto criar as bases necessárias para um desenvolvimento sustentável a longo prazo conduzido pelo setor privado. O crescimento real do PIB não petrolífero foi de -0,8% em 2018, recuperado de -3,8% em 2017. Apesar de Timor-Leste ter experimentado crescimentos negativos, o consumo das famílias continuou a aumentar, o que indica que os padrões de vida estão melhorando. Houve alguns desafios durante 2018 que continuaram em 2019 e afetaram as previsões de crescimento. O Orçamento para 2020 apresentará um crescimento forte de 6,0%.

Despesas

O total da despesa no orçamento para 2020 é de 1.668,0 milhões de dólares (excluindo atividades financiadas por parceiros de desenvolvimento no valor de 173,5 milhões). O Orçamento de Estado para 2020 representa um aumento de 12,6% em relação ao de 2019, uma

vez que o Governo tenciona arrancar programas vastos de capital social e desenvolvimento económico em 2020.

O capital social, a conectividade nacional e o desenvolvimento económico são prioridades no Orçamento de Estado para 2020. 28.4% da proposta de Orçamento Geral de Estado para 2020 serão alocados aos Ministérios e Instituições do Setor do Capital Social, com 9.5% a irem para a Educação, 13% para a Proteção Social e 7.3% para a Saúde. O Governo introduzirá programas para aumentar o emprego e a autossuficiência dos cidadãos timorenses. O Governo alocou orçamento para a construção de habitações para os combatentes da libertação nacional, em linha com os seus objetivos de combate à pobreza.

As linhas ministeriais e as instituições autónomas receberam um aumento global de 23,1% a nível de alocações para Bens e Serviços em 2020. Este aumento irá ajudá-las a executar as suas prioridades em 2020. Aumentos na alocação de Bens e Serviços terão um impacto positivo na conectividade nacional. Isto inclui a compra de barcos de transporte marítimo e a provisão de novos serviços de aviação. O Governo irá igualmente comprar uma frota com o intuito de patrulhar as fronteiras marítimas de Timor-Leste e de garantir a sua segurança.

Tabela 2: Tabela Fiscal, milhões de dólares

	2016 Actual	2017 Actual	2018 Actual	2019 Budget	2020 Budget	2021	2022	2023	2024
Total das despesas (incluindo emprést)	1.658,6	1.208,4	1.172,7	1.482,0	1.668,0	2.193,7	2.091,9	1.878,5	1.757,0
Total das despesas (excluindo emprést)	1.628,0	1.178,1	1.133,5	1.395,0	1.595,0	2.113,5	2.038,0	1.832,6	1.723,2
<i>Correntes</i>	1.056,4	947,5	828,8	1.049,8	1.147,6	1.185,7	1.233,2	1.282,5	1.333,8
Salários e vencimentos	178,6	197,0	197,2	214,2	235,6	245,0	254,8	265,0	275,6
Bens e serviços (incluindo FDCH)	406,8	345,4	319,1	472,9	582,3	597,8	621,7	646,6	672,4
Transferências públicas	471,1	405,0	312,5	362,7	329,7	342,9	356,6	370,9	385,7
<i>Capital</i>	602,2	261,0	343,9	432,2	520,4	1.008,0	858,7	596,0	423,2
Capital menor	20,8	12,4	7,8	31,5	31,5	32,8	34,1	35,5	36,9
Capital e desenvolvimento (incluindo empréstimos)	581,4	248,6	336,1	400,7	488,8	975,2	824,6	560,5	386,3
Receita	744,5	671,2	741,1	730,2	747,3	748,1	726,8	701,2	685,4
Receita doméstica	199,7	189,6	190,7	201,2	210,5	221,4	233,2	242,3	256,1
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	544,8	481,6	550,4	529,0	536,8	526,7	493,6	458,9	429,3
Saldo fiscal	(914,1)	(537,2)	(431,5)	(751,8)	(920,8)	(1.445,6)	(1.365,1)	(1.177,3)	(1.072,6)

Financiamento	885,8	871,8	771,4	754,4	920,8	1.445,6	1.365,1	1.177,3	1.072,6
Levantamentos em excesso a partir do FP	700,0	597,1	432,1	667,4	459,7	1.209,9	1.256,0	1.079,1	988,1
Uso do saldo de caixa	155,1	244,4	300,2	-	380,6	146,9	50,1	49,6	49,7
Uso do saldo de Tesouro	155,1	244,4	300,2	-	254,3	50,6	50,1	49,6	49,7
Uso do saldo RAEOA/ZEE SM	-	-	-	-	126,3	96,3	-	-	-
Empréstimo	30,6	30,3	39,2	87,0	73,0	80,2	53,9	45,9	33,8
União da Europa-ADO	-	-	-	-	7,5	8,6	5,0	2,8	-

Fonte: Ministério das Finanças, 2019.

Receita doméstica

Após o abrandamento registado em 2017 e 2018, prevê-se que a receita doméstica continue a crescer em 2020 e que atinja os 210,5 milhões de dólares. Esta tendência positiva é conduzida pelo desempenho macroeconómico positivo do país, melhor desempenho do setor privado, continuação de contratos governamentais de construção e introdução de novos instrumentos fiscais. É esperado que a receita não petrolífera continue a crescer a médio prazo, devido a uma combinação de melhorias a nível administrativo e de reforma fiscal, bem como da introdução de novos instrumentos fiscais nas atuais expectativas de crescimento económico.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante que pode ser retirado do Fundo Petrolífero a cada ano de forma sustentável. Dado que gastar apenas as receitas não petrolíferas e o RSE permite manter a sustentabilidade fiscal, o RSE é considerado como sendo um componente do total das receitas. O RSE para 2020 está calculado em 536,8 milhões de dólares.

Financiamento

O défice fiscal é igual à receita menos a despesa. O Governo utiliza levantamentos em excesso do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos, saldo em dinheiro no Tesouro e RAEOA/ZEE SM e o Apoio Direto da União Europeia para financiar o défice em 2020.

O montante total orçamentado para ser levantado do FP em 2020 é de 996,5 milhões de dólares, com levantamentos em excesso de \$459,7 milhões. O Governo considera que os levantamentos em excesso são necessários a médio prazo para financiar despesas prioritárias de capital.

Os empréstimos estão-se a tornar uma ferramenta de financiamento cada vez mais importante para o Governo de Timor-Leste. Os empréstimos atuais contraídos pelo Governo de Timor-Leste são utilizados para financiar projetos essenciais de infraestruturas e têm taxas de juro relativamente baixas e períodos de graça consideráveis. O total de financiamento de empréstimos em 2020 é de 73,0 milhões de dólares.

O uso total do saldo de caixa do Orçamento do Estado para 2020 é de \$380,6 milhões, dos quais do Fundo Consolidado de Timor-Leste é de \$254,3 milhões. E da RAEOA/ZEE SM é de \$126,3 milhões.

O apoio total direto da União Europeia para o Orçamento do Estado para 2020 é de \$7,5. Esta é uma nova fonte de financiamento que é introduzida e incluída neste orçamento, pois o apoio financeiro será usado diretamente pelas instituições do governo.

2.2 Panorama económico

2.2.1 Resumo

Tabela 3: Indicadores económicos, 2019 a 2021, em percentagem

Resumo	Estimativa		
	2019	2020	2021
PIB real (não petrolífero)	4,0%	6,0%	4,7%
Inflação do IPC	1,0%	2,7%	2,4%

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

- É esperado que o crescimento do PIB real não petrolífero acelere, com um crescimento de 4,0% em 2019 e 6,0% em 2020. Este regresso ao crescimento resulta do final da incerteza política e do regresso a uma despesa governamental sólida.
- Prevê-se que a inflação permaneça baixa e estável, nos 1,1% em 2019 e nos 2,7% em 2020. Isto dará um contributo positivo à competitividade de Timor-Leste, uma vez que se espera que esta inflação seja inferior à média da região.
- A previsão da taxa de câmbio indica que haverá uma ligeira depreciação no futuro próximo, o que constituirá uma base global sólida para comerciantes e trará maior competitividade.

2.2.2 Tendências macroeconómicas

2.2.2.1 Crescimento

Tabela 4: Crescimento económico, 2017 a 2020, em percentagem

País	Concreto		Estimativa	
	2017	2018	2019	2020
Mundo	3,8%	3,6%	3,3%	3,6%
Economias avançadas	2,4%	2,2%	1,8%	1,7%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,8%	4,5%	4,4%	4,8%
Ásia emergente e em desenvolvimento	6,6%	6,4%	6,3%	6,3%
China	6,8%	6,6%	6,3%	6,1%

Fonte: Panorama Económico Global do FMI, abril de 2019.

Timor-Leste

Timor-Leste registou um crescimento do PIB com média de 4,7% ao ano entre 2008 e 2018. Estas taxas fortes de crescimento foram impulsionadas por aumentos nas despesas governamentais, em linha com a estratégia económica do Governo de garantir que Timor-Leste possua as infraestruturas necessárias e que permitam o desenvolvimento a longo prazo do setor privado. A estratégia económica do Governo usa o financiamento através de empréstimos e levantamentos em excesso¹ a partir do Fundo Petrolífero para financiar investimentos de alta

¹ Levantamentos a partir do Fundo Petrolífero acima do RSE.

qualidade em infraestruturas e no desenvolvimento de capital humano. Tal como delineado no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, os investimentos governamentais de retorno elevado assentarão os alicerces necessários para um desenvolvimento sustentável a longo prazo liderado pelo setor privado. Os investimentos do Governo melhoraram significativamente a rede rodoviária e elétrica em Timor-Leste, o que ajudou a melhorar tanto os níveis de vida como o ambiente empresarial.

Pela primeira vez desde 2006, em 2017 o crescimento do PIB não petrolífero foi negativo (-3,8% em 2017 e -0,8% em 2018%). Foi a primeira vez nos últimos doze anos que tal aconteceu. Esta contração foi consequência de reduções na despesa por parte do Governo, investimentos do setor privado, bem como da descida das exportações. A redução da despesa por parte do Governo foi resultado de um teto orçamental inferior ao de 2016 e às taxas de execução relativamente baixas. A incerteza política conduziu também à redução da atividade empresarial. A colheita de café, a principal fonte de exportação agrícola, foi afetada pelo mau tempo.

No entanto, com o ambiente inflacionário baixo, o consumo doméstico aumentou 7,0% em 2017, e 2,2% em 2018. Isto indica que os níveis de vida em Timor-Leste continuam a melhorar.

Tabela 5: PIB real entre 2010 e 2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB real (m\$)	1294,8	1370,0	1452,4	1483,3	1549,3	1596,7	1653,3	1590,5	1578,1
Crescimento real do PIB (%)	9,5	5,8	6,0	2,1	4,5	3,1	3,6	-3,8	-0,8

Fonte: Direção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2018.

Internacional

A nível global prevê-se que o crescimento abrande de 3,6% em 2018 para 3,3% em 2019, após valores altos em 2017 e princípios de 2018. Esta redução é motivada pela descida na taxa de crescimento de economias avançadas, mercados emergentes e Ásia em desenvolvimento, em resultado das tensões comerciais entre EUA e China, de uma política mais apertada em resposta aos desequilíbrios macroeconómicos na Argentina e na Turquia, do aperto do crédito na China, da debilidade do setor automóvel na Alemanha e do aumento das taxas de juro. Prevê-se porém que o crescimento global estabilize em 2020 na ordem dos 3,6%, devido sobretudo a uma recuperação em mercados emergentes e economias em vias de desenvolvimento, com destaque para a Argentina, Turquia e outras economias em dificuldades. Não obstante isto, níveis de crescimento elevados, sobretudo na Ásia, constituem bases sólidas para exportadores timorenses e para o desenvolvimento económico em Timor-Leste. O cenário internacional de 2020 em diante oferece condições favoráveis que Timor-Leste poderá aproveitar.

2.2.2.2 Preços e inflação

Tabela 6: Taxas de inflação global e regionais, em percentagem

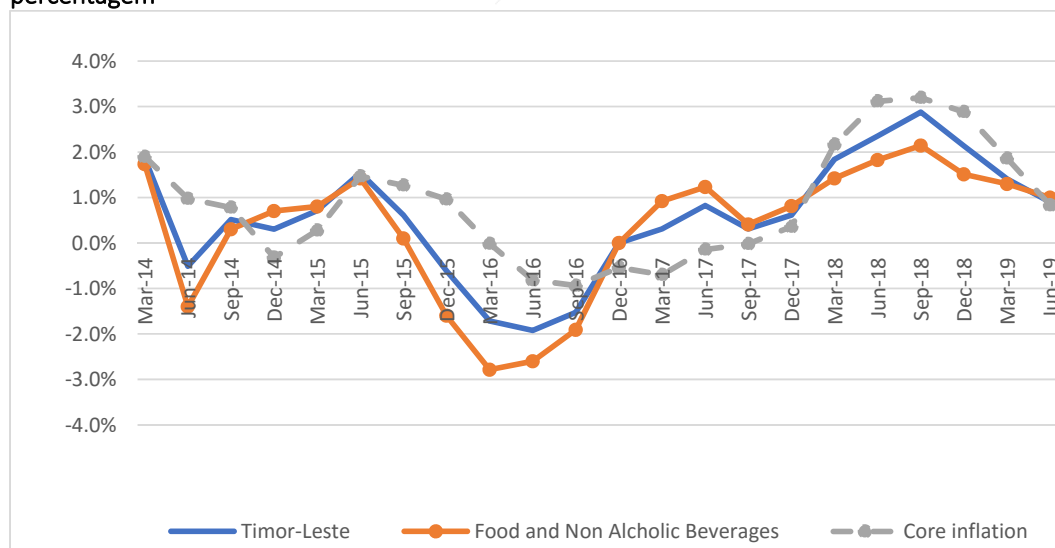
País	Concreto		Estimativa	
	2017	2018	2019	2020
Mundo	3,2%	3,6%	3,6%	3,6%
Economias avançadas	1,7%	2,0%	1,6%	2,1%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,3%	4,8%	4,9%	4,7%
Emergentes e em desenvolvimento – Ásia	2,4%	2,6%	2,8%	3,1%
Timor-Leste*	0,5%	2,3%	1,0%	2,7%

Fonte: Panorama Económico Global do FMI, abril de 2019. *Estimativa do Ministério das Finanças.

Timor-Leste

Com a inflação homóloga em Setembro de 1%, Timor-Leste continua a apresentar um nível de inflação baixo. Em face do peso considerável dos alimentos e das bebidas não alcoólicas no cesto do IPC e da proporção elevada de alimentos importados por Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais elementos determinantes da taxa global do IPC, pelo que o MF continua a monitorizar os níveis de preços. O índice de preços dos alimentos do Banco Mundial (BM) diminuiu 2% em relação ao ano anterior em Junho. Isto vem moderar oscilações ascendentes anteriores nos preços dos alimentos. Os preços dos alimentos domésticos subiram em junho, ainda que apenas 1,0%. Prevê-se que os atuais mercados mundiais de alimentos continuem a ter um impacto moderador sobre os preços no futuro próximo. Um aumento de 9,0% nos custos com a educação irá afetar a inflação anual em Timor-Leste durante 2019.

Figura 1: Alteração no Índice de Preços no Consumidor em Timor-Leste entre 2014 e 2019, em percentagem



Fonte: Ministério das Finanças, Direção Nacional de Política Económica e Direção-Geral de Estatística, 2019

Internacional

Prevê-se que a inflação de preços no consumidor continue favorável, com o FMI a antecipar uma inflação global de 3,6%. A descida nos preços das matérias-primas, em especial do petróleo, contribuiu para as quedas acentuadas na inflação de preços no consumidor nas economias avançadas. Todavia está previsto que a inflação abrande nos próximos anos. A inflação tem vindo a aumentar nas economias de mercados emergentes, refletindo a desvalorização da moeda e a subida dos preços das matérias-primas, contudo deverá moderar em resultado do impacto de uma política monetária mais apertada e das recentes descidas no preço do petróleo. As pressões inflacionárias já caíram de forma acentuada na China, em face da moderação da atividade. Neste contexto, uma inflação baixa em Timor-Leste ajudará a tornar o país mais competitivo a nível internacional.

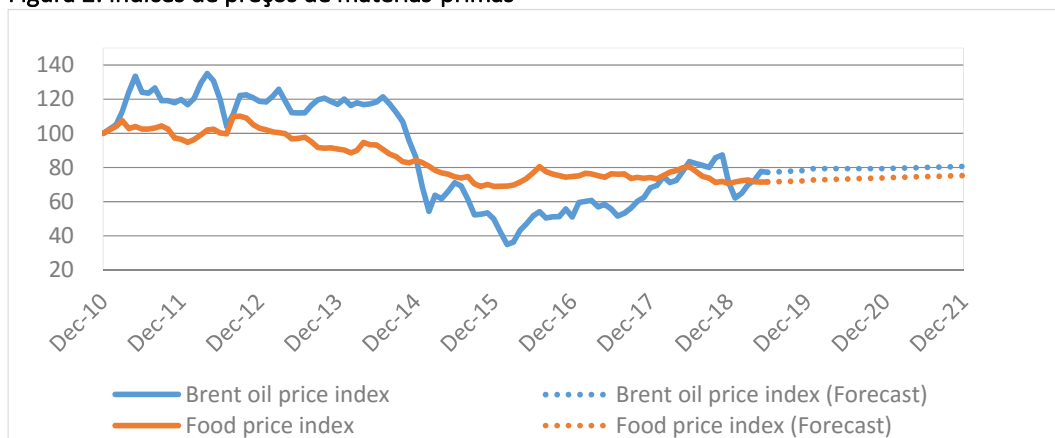
Preços do Petróleo

Os preços do petróleo são importantes para Timor-Leste, tanto para os cidadãos enquanto consumidores como para o país enquanto exportador de petróleo. O preço internacional Brent do barril de petróleo tem vindo a registar quedas dramáticas desde junho de 2014, passando de picos de 112 dólares por barril para valores de 32,2 dólares por barril em janeiro de 2016. O declínio no preço do petróleo foi resultante do aumento da oferta global durante um período de baixa procura. Desde então, porém, o mercado do petróleo começou a recuperar, com o barril a valer em média 64,8 dólares entre janeiro e agosto de 2019. Não obstante, este valor continua abaixo da média de 81 dólares por barril registada em setembro de 2018. Esta recuperação resultou do corte da produção efetuado pela OPEC. Prevê-se que o preço do petróleo aumente de forma apenas moderada no futuro próximo.

Preços de produtos agrícolas

Uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste é importada, o que faz com que as alterações nos preços internacionais dos alimentos possam ter um impacto considerável na taxa de inflação e nos níveis de vida. Segundo a Estimativa de Preços de Matérias-Primas do Banco Mundial, os preços internacionais dos alimentos têm continuado a descer desde 2011, ainda que tenham começado a subir desde um ponto baixo de 74,5 dólares em 2016, após o que desceram para 67,7 dólares em agosto de 2019. O custo acrescido da eletricidade e das mudanças climáticas poderá estabilizar os preços dos alimentos a um nível superior durante o resto do ano. O Banco mundial prevê que os preços dos alimentos aumentem apenas de forma muito reduzida durante o resto de 2019 e 2020, devendo assim permanecer relativamente baixos. Isto irá beneficiar as famílias mais pobres em Timor-Leste.

Figura 2: Índices de preços de matérias-primas



Fonte: Direção Nacional de Política Económica e Direção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2019

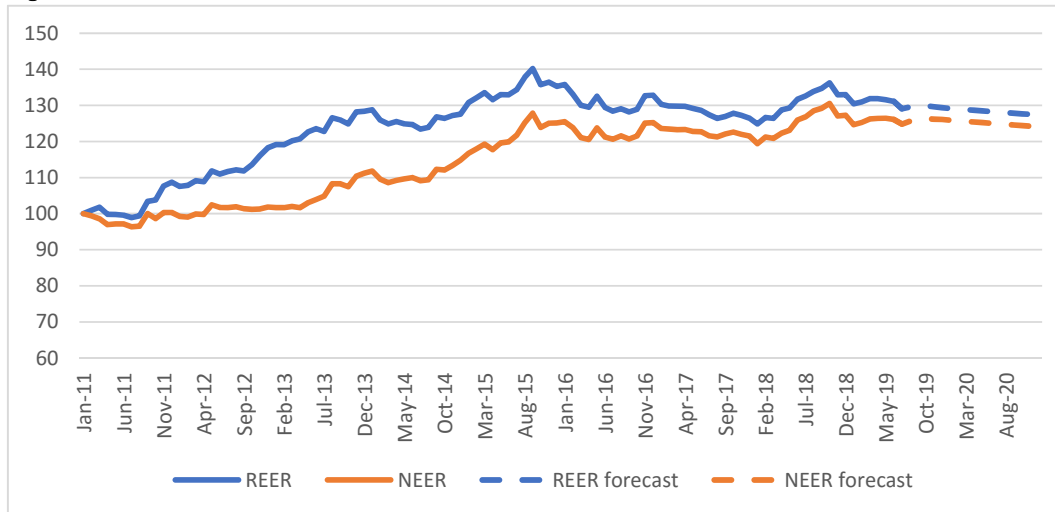
2.2.2.3 Taxas de câmbio e competitividade

Entre Novembro de 2018 e Novembro de 2019 o dólar americano desvalorizou 1% comparativamente a um cabaz ponderado de moedas dos parceiros comerciais de Timor-Leste (a taxa de câmbio nominal efetiva – NEER). Esta depreciação torna as exportações não petrolíferas timorenses mais baratas, o que é bom para o desenvolvimento do setor nacional das exportações.

Uma medida da taxa de câmbio ajustada à inflação, a taxa de câmbio nominal efetiva (NEER), é uma forma mais eficaz de medir a competitividade. Se a inflação em Timor-Leste for inferior à de outros países, isso pode ajudar a mitigar a valorização da taxa de câmbio. A NEER desvalorizou 1,2% entre Novembro de 2018 e Novembro de 2019, em resultado das taxas de câmbio capturadas pela NEER e do facto que a inflação em Timor-Leste durante o último ano foi mais baixa do que a registada nos seus vizinhos.

No futuro próximo é esperado que a taxa de inflação em Timor-Leste seja inferior à dos seus vizinhos, o que significa que a competitividade de Timor-Leste deverá aumentar. Isto ajudará o mercado das exportações timorenses a estar bem colocado no mercado internacional. Embora isto seja uma boa notícia, o Governo não pode ser complacente com a questão da competitividade. É prioritário melhorar o cenário ambiental para encorajar uma maior competitividade, sendo que a política de alvo de inflação é um dos passos para a concretização desta prioridade.

Figura 3: Índices de taxa de câmbio



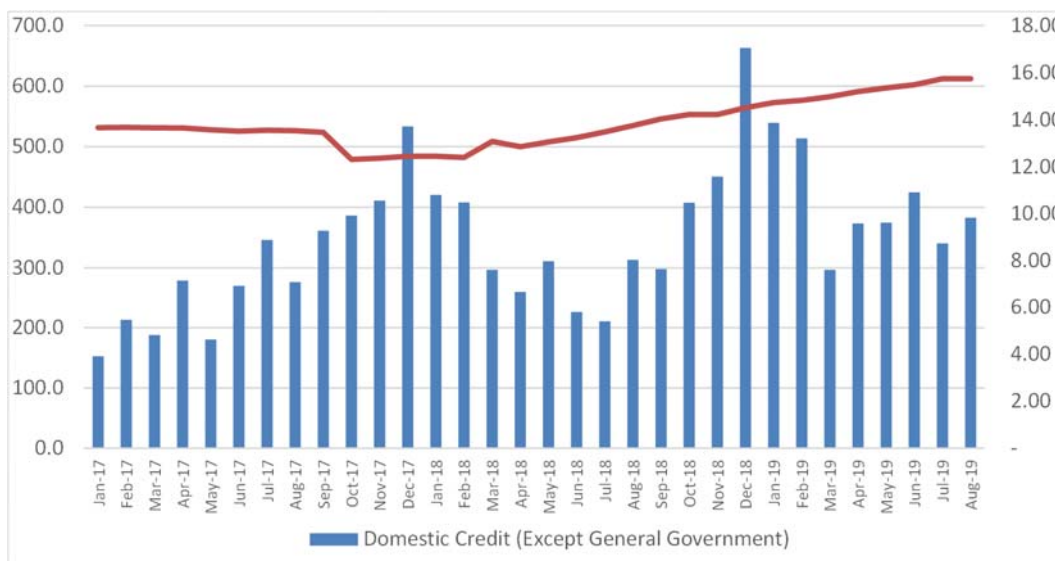
Fonte: Direção Nacional de Política Económica e Direção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2019

2.2.3 Tendências no setor financeiro

Taxas de juro comercial e crédito

O montante e custo do crédito para o setor privado é um indicador importante para o desenvolvimento do setor privado. Em agosto de 2019 os empréstimos ao setor privado tinham juros médios de 15,75%. O total do crédito doméstico, excluindo o Governo em geral, era de 383 milhões de dólares em agosto de 2019. Isto constitui uma descida relativamente ao pico registado no final de 2018.

Figura 4: Taxas de juro comercial e crédito



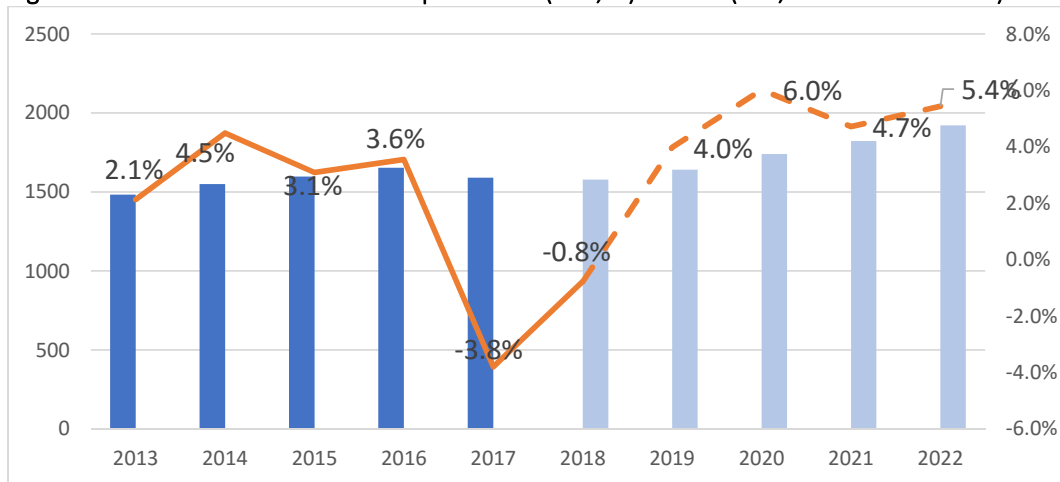
Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2019. Taxa de Juro (RHS, %), Crédito (LHS, milhões de dólares).

2.2.4 Perspectiva económica

O Ministério das Finanças prevê que o crescimento do PIB não petrolífero seja de +4,0 % em 2019. Com o cenário económico incerto a terminar finalmente em 2018, é esperado que o crescimento retome em 2019. Os fatores que contribuem para um crescimento elevado em 2019 incluem o regresso aos procedimentos orçamentais normais e o aumento no investimento do setor privado.

Para 2020 prevê-se que a política fiscal expansionista permita um crescimento elevado de 6,0%, em face do teto orçamental de 1,668mil milhões de dólares. A médio prazo o Governo antecipa taxas de crescimento elevadas, resultantes do desenvolvimento sustentável liderado pelo setor privado.

Figura 5: Crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, milhões de dólares)



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000 a 2017, Panorama económico, Direção-Geral de Estatística e Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

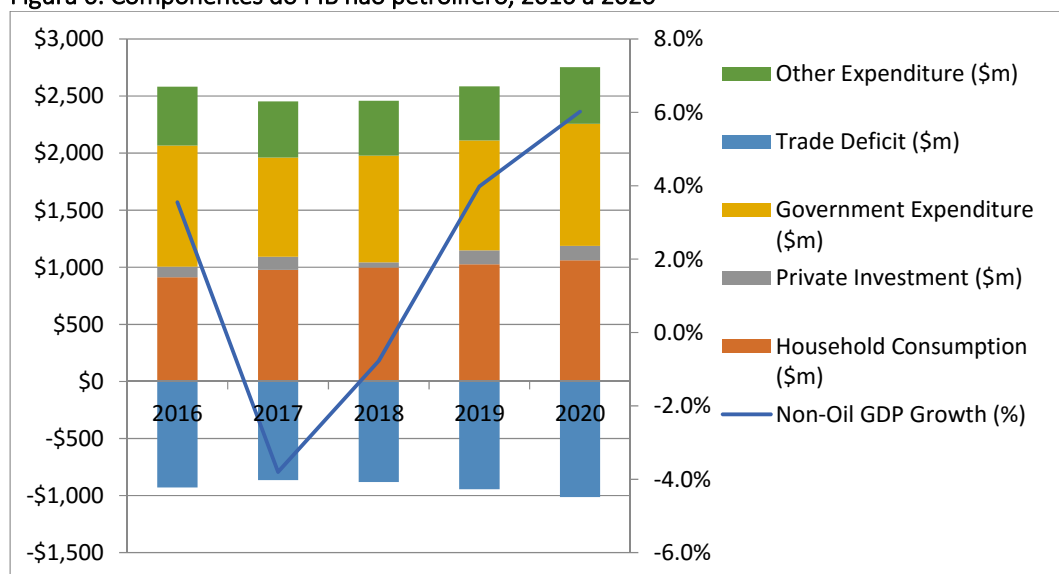
É esperado que os níveis de vida melhorem à medida que o consumo das famílias regressa às tendências registadas em anos anteriores. O aumento gradual do consumo é fomentado por um cenário de inflação baixa. Este cenário deverá manter-se a médio prazo, tendo em conta as taxas de crescimento regionais, o panorama dos preços globais das matérias-primas e as projeções de taxas de câmbio.

Prevê-se que o investimento do setor público contribua de forma significativa para o crescimento. Irão arrancar projetos de infraestruturas, especialmente nas áreas da educação, saúde e água e saneamento. Estes irão melhorar o capital social, ao mesmo tempo que criarão emprego e atividade económica durante a fase de construção. Os projetos de construção e melhoria de estradas e pontes continuarão com ímpeto acrescido em 2020, oferecendo transportes melhores e a custo mais baixo dentro do país. Os ativos de infraestruturas resultantes deste investimento público, assim como a reforma legal, criarão um cenário propício a um forte crescimento do setor privado, o qual fomentará o crescimento no futuro.

O investimento por parte do setor privado registará um aumento significativo em resultado de investimentos em grande escala. Em 2020 assistiremos à continuação da construção do Porto da Baía de Tibar e à expansão das atuais propriedades comerciais e retalhistas no país. Estes investimentos são consistentes com a estratégia económica do Governo e serão acompanhados

por investimentos continuados em capital humano e educação, visando atrair investidores que criem postos de trabalho em Timor-Leste.

Figura 6: Componentes do PIB não petrolífero, 2016 a 2020



Fonte: Timor-Leste Contas Nacionais 2000 a 2017, Direção-Geral de Estatística e Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

Tabela 7: PIB real, 2016 a 2022, milhões de dólares

Preços de 2015	2016	2017	2018	2019 Proj.	2020 Proj.	2021 Proj.	2022 Proj.
Consumo privado	976	1,011	1.037	1.054	1.090	1.127	1.167
Consumo público	927	873	864	971	1.072	1.110	1.150
Total do consumo	1.902	1.883	1.901	2.025	2.162	2.237	2.317
Investimento privado	126	143	70	147	153	197	262
Investimento público	527	401	465	397	425	439	453
Total do investimento	653	544	535	544	578	636	715
Outros	26	26	23	17	13	10	7
Total da despesa nacional	2.582	2.454	2.459	2.586	2.753	2.883	3.039
Exportações	53	32	35	34	36	38	41
Importações	(981)	(896)	(916)	978)	(1,049)	(1.099)	(1.160)
PIB	1.653	1.590	1.578	1.641	1.740	1.822	1.921

Fonte: Timor-Leste Contas Nacionais 2000 a 2017 e Estimativas económicas, Direção-Geral de Estatística e Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

Risco e incerteza

As previsões fornecem uma visão atual das trajetórias de crescimento mais prováveis, mas são sempre incertas e sujeitas à revisão. As principais incertezas na previsão vêm das importações e da capacidade de execução do orçamento do governo. Se os novos gastos do governo forem particularmente dependentes das importações, o que significa que grande parte dos novos gastos vão para os bens e serviços para o estrangeiro, e as previsões para os próximos anos podem ser reduzidas para baixo. Isso depende da capacidade de absorção da economia de

Timor-Leste. Se houver uma grande mudança na capacidade de execução, isso poderá ter um impacto notável na economia, especialmente devido à grande percentagem do PIB não petrolífero que o orçamento se compõe.

2.3 Desenvolvimento nacional e prioridades

Em junho de 2019 o Governo definiu os objetivos e prioridades para o período de 2020 a 2023. Estes objetivos e prioridades estão alinhados com o programa quinquenal do Governo e com o PED, e levam em conta as constatações da Revisão Nacional Voluntária (RNV) da ONU relativamente à implementação dos ODSs em Timor-Leste. O conjunto completo de prioridades consta do documento “*Guia para a preparação das Propostas Orçamentais para 2020 a 2023 de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, junho de 2019*”. O Governo estabeleceu dois (2) objetivos globais para 2020 a 2023.

Tabela 8: Objetivos do VIII Governo, 2020 a 2023

Objetivos	Linha base	Indicador principal
Manter uma taxa anual de crescimento económico acima dos 7%	2018 – crescimento de -0,8% ²	Taxa anual de crescimento do PIB real nos 7% ³
Reduzir a taxa de pobreza em 10%	41,8% da população a viverem abaixo da linha nacional de pobreza ⁴	31,8% da população a viverem abaixo da linha nacional de pobreza ⁵

2.3.1 Análise da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020 por setor

O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste está organizado em torno de quatro pilares: Quadro Institucional, Capital Social, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento de Infraestruturas, com os três últimos a serem designados como prioritários no mandato do VIII Governo Constitucional. A proposta de OGE para 2020 atribui a maior fatia ao setor do Social Capital, seguido pelo Desenvolvimento de Infraestruturas, Desenvolvimento Económico e Quadro Institucional. Isto exclui, porém, desembolsos de empréstimos.

Segundo a classificação do PED, o Capital Social é o setor com maior alocação orçamental, seguido pelo Desenvolvimento de Infraestruturas. Seguindo antes a classificação setorial internacional e mais detalhada da Classificação das Funções de Governo (ver Figura 7), pode-se observar que o setor dos Assuntos Económicos continua a ser o maior, tal como no ano anterior, seguido pela Proteção Social, Serviços Públicos Gerais, Educação e Saúde. Deve notar-se, porém, que a classificação CFG divide o setor do Capital Social do PED em Proteção Social, Saúde, Educação e Lazer, Cultura e Religião.

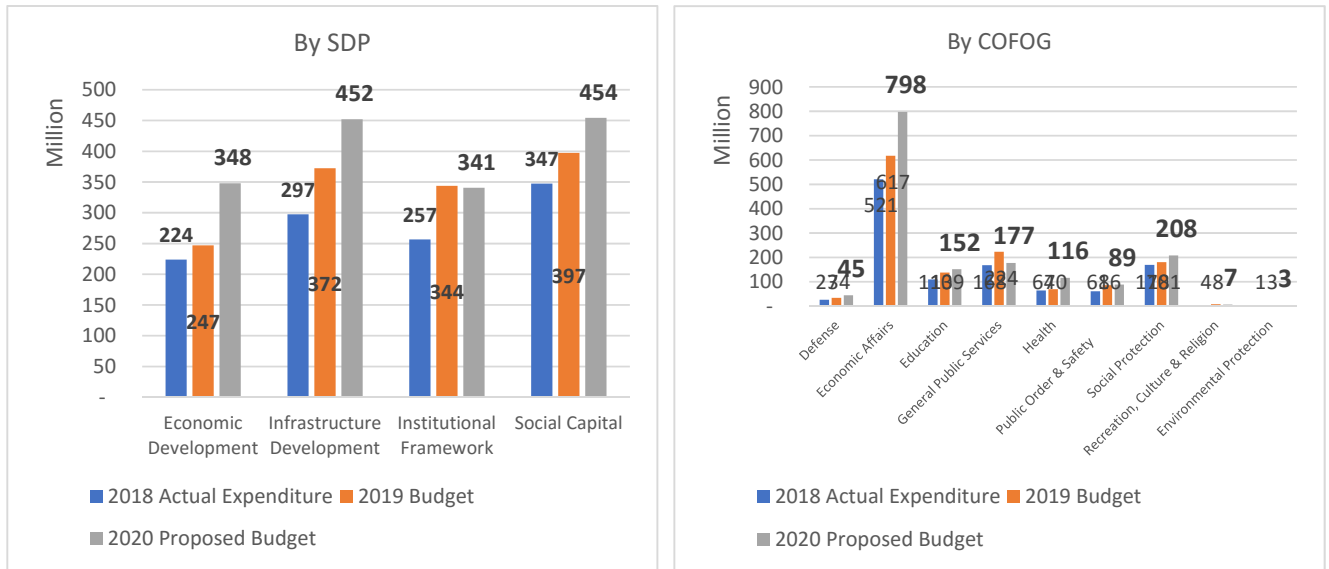
² Contas Nacionais de Timor-Leste 2018, Ministério das Finanças

³ Alinhado com o ODS N.º 8

⁴ Estudo dos Níveis de Vida em Timor-Leste (ENVTL) 2014

⁵ Alinhado com o ODS N.º 1

Figura 7: Comparação da Despesa e OGE 2018, 2019 e 2020 por Setor



Fonte: Direção-Geral de Planeamento e do Orçamento, Ministério das Finanças, 2019. *Isto não inclui empréstimos e desembolsos planeados por parceiros de desenvolvimento, porém inclui todas as medidas de capital e desenvolvimento, incluindo alocações através do Fundo de Infraestruturas.

2.3.2 Prioridades governamentais para 2020

A proposta aprovada de Orçamento Geral do Estado visa financiar o Programa do VIII Governo Constitucional para o ano fiscal de 2020. O Orçamento para 2020 define cinco setores como sendo prioritários:

Tabela 9: Prioridades do VIII Governo para 2020

N.º	Prioridade
1	Capital Social – Bem-estar social, proteção social e cidadania
2	Desenvolvimento económico – investimento na economia e finanças públicas do país
3	Melhoria da conectividade nacional
4	Consolidação e reforço da defesa, segurança e relações externas
5	Consolidação e reforço da justiça, democracia e direitos humanos

As alocações na proposta de Orçamento Geral do Estado visam assim refletir estas prioridades. De seguida descrevem-se as novas medidas respetivas para cada prioridade:

Capital Social – Bem-estar social, proteção social e cidadania

28.4% da proposta de Orçamento para 2020 serão alocados ao Setor de Capital Social dos Ministérios e Instituições, com 9.5% a irem para a Educação, 13% para a Proteção Social e 7.3% para a Saúde. As novas medidas no Setor do Capital Social incluem:

- Construção de habitações para os veteranos Investimentos na água e saneamento
- Construção de centros de saúde e clínicas de saúde
- Construção de torres de transmissão televisiva
- Compra de ambulâncias e camiões de bombeiros

- Construção de escolas e salas de aula
- Contribuições para o regime da segurança social

O Desenvolvimento Económico e de Infraestruturas, incluindo o setor da Conetividade Nacional, abrange 50.2% do orçamento proposto para 2020. As novas medidas neste setor incluem:

Desenvolvimento económico – Investimento na economia e finanças públicas do país

Estas medidas visam facilitar o investimento no setor privado e a criação de emprego, bem como apoiar o setor agrícola.

- Expo no Dubai
- Subsídio a grupos de cooperativas
- Subsídio ao emprego por conta próprio, visando grupos de mulheres em áreas rurais

Melhoria da conetividade nacional – Infraestruturas, logística

- Compra do Ferry Nakroma II
- Provisão de novos serviços de aviação civil

Consolidação e reforço da defesa, segurança e relações externas

- Plano Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS)
- Apoio à Polícia Comunitária
- Apoio à Polícia Fronteiriça
- Compra de frota de patrulha para proteger as fronteiras marítimas de Timor-Leste

A Secção 2.5.1.1 contém uma lista de todas as medidas principais e das alocações correspondentes.

2.3.3 Revisão nacional voluntária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são uma coleção de 17 objetivos globais definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 para o ano 2030. Estes objetivos versam sobre temas como redução da desigualdade, clima, degradação ambiental, prosperidade, paz e justiça. Em 2019 Timor-Leste conduziu uma Revisão Nacional Voluntária com o intuito de determinar o seu progresso relativamente a estes objetivos e de recomendar passos seguintes. As conclusões seguintes foram publicadas em junho de 2019:

- As realizações de Timor-Leste enquanto país mais recente da Ásia são sustentadas pelo seu empenho relativamente à reconciliação, à inclusão e à democracia. O país deixou para trás um período de conflito, tornando-se uma nação democrática focada na construção estatal e no acelerar do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.
- São necessários mais esforços para corrigir as disparidades entre municípios a nível de saúde e educação, apostar num ensino de qualidade e garantir que as mulheres vulneráveis e as pessoas com deficiência não são deixadas para trás.
- Com uma das populações mais jovens do mundo inteiro e um setor privado incipiente, garantir a existência de postos de trabalho suficientes para o grande número de jovens

que entrarão no mercado de trabalho irá requerer investimento em termos de educação, qualificações e criação de empregos dignos. A diversificação económica e a criação de emprego em setores produtivos, como por exemplo produção, turismo e agricultura com uso intensivo de mão-de-obra, ajudarão a fazer crescer a economia não petrolífera.

- É essencial combater as taxas elevadas de má nutrição e insegurança alimentar infantis, bem como melhorar o acesso à água potável e ao saneamento. Isto requer investimento. Ainda que o número de crianças com altura abaixo do normal para a idade esteja a diminuir, continua a ser muito elevado. Acelerar as melhorias na área da nutrição fará uma diferença enorme no que diz respeito aos resultados de aprendizagem das crianças e à produtividade destas no futuro. Foram feitos progressos em termos da água e saneamento, o que é essencial para combater a má nutrição, porém é necessário fazer mais para manter e aumentar estes esforços.
- Garantir melhorias no setor da justiça é importante para manter e atingir progressos em todos os ODSs. À semelhança de muitos outros países a saírem de situação de conflito, Timor-Leste está ainda a procurar a melhor forma de fortalecer o setor da justiça. Garantir acesso a todos os cidadãos vulneráveis e colmatar as lacunas de capacidade foram identificados como prioridades essenciais em todas as consultas organizadas para informar o presente relatório de RNV.
- Com baixos níveis de receita pública, novas formas de financiamento, tecnologia e suporte técnico são necessárias. Uma das principais recomendações da avaliação vai no sentido de o país desenvolver uma estratégia integrada de financiamento. Isto envolverá estimar a escala dos investimentos necessários a nível de financiamento público e privado, bem como formar uma base para alvos com vista a mobilizar recursos para o PED.

2.4 Receitas

2.4.1 Panorama das projeções de receitas

Prevê-se que as receitas domésticas não petrolíferas recuperem em 2020 e que cheguem aos 210,5 milhões de dólares, o que será um valor 5% superior ao registado em 2019. Após a estagnação verificada em 2017 e 2018, resultante em grande medida da incerteza política, despesa orçamental condicionada e fraco desempenho macroeconómico, é agora esperado que as receitas domésticas tenham um crescimento anual positivo tanto em 2019 como em 2020, impulsionadas por uma maior atividade no setor privado, estabilidade política e a continuação de projetos capitais do Governo. Prevê-se que a tendência positiva se mantenha até 2024, dentro das expectativas de crescimento macroeconómico.

Não obstante o crescimento positivo esperado nas receitas domésticas, Timor-Leste continua a depender fortemente do petróleo, o qual representa mais de 80% do total das receitas. Está previsto que as receitas petrolíferas diminuam à medida que a produção nos campos existentes se aproxima do fim. Isto faz com que seja prioritário fazer uma reforma Fiscal e da Gestão das Finanças Públicas. Ultrapassar a questão da base tributária, melhorar a capacidade de cobrança de receitas, introduzir novos instrumentos fiscais e rever os instrumentos existentes, visitar políticas tributárias e legislação que promova investimentos e aumentar a cobrança de receitas

serão medidas que poderão melhorar consideravelmente as receitas fiscais e não fiscais. É importante notar que as estimativas não incluem receitas adicionais provenientes destas reformas, dado que as mesmas carecem ainda de aprovação por parte do Parlamento Nacional.

Tabela 10: Total das receitas entre 2018 e 2024, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total das receitas	637,5	937,5	805,5	365,5	254,8	337,8	256,1
Receitas domésticas	190,7	201,2	210,5	221,4	233,2	242,3	256,1
Receitas petrolíferas (excluindo retornos de investimentos)	446,7	736,3	595,0	144,1	21,6	95,6	0,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

2.4.1.1 Receitas domésticas

As receitas domésticas de Timor-Leste consistem em receitas tributárias, impostos e cobranças, juros, receitas de instituições autónomas e impostos na ZEESM. A **Error! Reference source not found.** discrimina as receitas domésticas por estas categorias, mostrando os montantes concretos e previstos entre 2018 e 2024.

Tabela 11: Receitas domésticas entre 2018 e 2024, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total das receitas domésticas	190,7	201,2	210,5	221,4	233,2	242,3	256,1
Impostos	127,7	127,1	133,4	140,1	147,1	154,5	162,2
<i>Impostos da ZEESM</i>	3,0	3,3	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8
Impostos e cobranças	54,7	62,2	64,9	68,6	72,6	77,6	83,1
Juros	0,5	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9
Instituições Autónomas e Regiões Administrativas Especiais	7,7	11,2	11,4	11,9	12,7	9,3	10,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

2.4.1.2 Receitas tributárias

As receitas tributárias compõem a maior fonte de receitas domésticas em Timor-Leste, representando 63% do total das receitas domésticas em 2020. A **Error! Reference source not found.** resume as projeções tributárias, divididas em impostos diretos e impostos indiretos.

Prevê-se que a cobrança tributária em 2019 praticamente não apresente alterações relativamente a 2018. Esta tendência deve-se sobretudo, por um lado, a retenção na fonte inferior ao esperado. Deve notar-se, porém, que 2018 foi um ano em que a retenção na fonte foi excepcionalmente elevada, em virtude de vários pagamentos pendentes do Governo a contratantes privados terem sido liquidados. O atraso nos pagamentos ficou a dever-se sobretudo aos condicionalismos orçamentais causados pelo regime de duodécimos. Em face disto, o desempenho da retenção na fonte em 2019 não é tão negativo como poderia parecer à primeira vista. Outras categorias de impostos deverão permanecer quase inalteradas comparativamente com 2018. Isto exclui direitos de importação mais reduzidos, em resultado de menos importações de bens e serviços na primeira metade de 2019. Em contrapartida está

previsto que o imposto sobre vendas e o imposto sobre o consumo tenham um desempenho melhor em 2019, refletindo um maior consumo por parte das famílias.

As previsões para 2020 apontam para um crescimento das receitas tributárias de 5%. Este desempenho positivo é conduzido por um cenário macroeconómico e político estável. Também as reformas ao nível de sistemas de cobrança tributária, com a passagem para o SIGTAS (Sistema Integrado Padrão de Administração Tributária do Governo) 3.0, devem melhorar a capacidade da Autoridade Tributária para assegurar uma maior conformidade fiscal. É esperado que a tendência positiva se mantenha até 2024.

Tabela 12: Total das receitas tributárias, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total de impostos	127,7	127,1	133,4	140,1	147,1	154,5	162,2
Impostos diretos	54,1	48,0	50,4	52,9	55,5	58,3	61,2
Imposto sobre rendimentos	17,8	17,8	18,6	19,6	20,6	21,6	22,7
<i>Rendimentos individuais (setor público)</i>	5,3	5,6	5,9	6,2	6,5	6,8	7,2
<i>Rendimentos individuais (outros)</i>	12,5	12,2	12,8	13,4	14,1	14,8	15,5
Imposto coletivo	9,4	9,2	9,7	10,2	10,7	11,2	11,8
Retenção na fonte	26,9	21,0	22,1	23,2	24,3	25,5	26,8
Impostos indiretos	73,7	79,1	83,0	87,2	91,6	96,1	100,9
Imposto sobre serviços	3,9	3,8	4,0	4,2	4,4	4,6	4,8
Imposto sobre vendas	14,7	17,1	17,9	18,8	19,7	20,7	21,8
Imposto sobre o consumo	35,2	42,9	45,0	47,3	49,6	52,1	54,7
Direitos de importação	20,0	15,4	16,2	17,0	17,8	18,7	19,6

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

2.4.1.3 Impostos e Cobranças

Os impostos e cobranças incluem uma vasta seleção de categorias de fontes não-tributárias que contribuem para as receitas domésticas. Estas englobam impostos administrativos, pagamentos de serviços e pagamentos de royalties ao Governo provenientes da exploração de recursos naturais que não o petróleo.

Prevê-se que o total de impostos e cobranças em 2019 aumente 14% comparativamente com 2018. Contudo este aumento resulta sobretudo de dividendos do BCTL, os quais não se deverão repetir num futuro próximo. Como tal, as projeções para 2020 aumentarão em média 4% comparativamente com o ano anterior.

A partir de 2019 os principais componentes impostos e cobranças continuarão a ser os pagamentos da eletricidade (60% do total). As receitas provenientes da extração mineira e das pedreiras deverão tornar-se mais substanciais em 2020, como resultado de desenvolvimentos a nível de infraestruturas na costa sul. Estas estimativas levam em conta apenas os acordos atuais, pelo que poderão aumentar caso surjam novos acordos. Os transportes, rendas de propriedades, dividendos e jogos sociais constituem igualmente contribuições significativas, sendo esperado que continuem num caminho estável.

A cada vez maior descentralização da atividade de cobrança resultou também na introdução de instrumentos não fiscais nos municípios relativamente a publicidade e a serviços de estacionamento, tal como acontece em Díli, Baucau, Ainaro e Covalima.

Prevê-se que as receitas em anos futuros mantenham uma tendência positiva, refletindo a melhoria e o reforço a nível de mecanismos de cobrança em linhas ministeriais, a continuação da descentralização e a introdução de novos instrumentos não tributários.

Tabela 13: Impostos e cobranças, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em milhares de dólares

		2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Ministério cobrador	Total de taxas e pagamentos	54.738,2	62.215,6	64.884,0	68.629,4	72.585,5	77.627,4	83.057,1
Ministério das Finanças	Outras receitas não tributárias das Alfândegas	481,8	817,8	883,2	953,9	1.030,2	1.112,6	1.201,6
Ministério das Finanças	Impostos sobre serviços aduaneiros	-	5,4	5,9	6,4	6,9	7,4	8,0
Ministério das Finanças	Coimas aduaneiras	-	2,9	3,1	3,3	3,6	3,9	4,2
Ministério das Finanças	Outros direitos aduaneiros	-	6,5	7,0	7,6	8,2	8,8	9,5
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Impostos sobre licenças comerciais	91,9	139,2	144,7	150,5	156,5	162,8	169,3
Ministério dos Transportes e Comunicações	Impostos sobre correio	38,9	38,2	50,0	60,0	65,0	70,0	75,0
Ministério da Justiça	Rendas de propriedades	3.361,2	4.164,7	4.500,0	4.600,0	4.800,0	5.100,0	5.400,0
Ministério das Obras Públicas	Impostos sobre água	135,5	143,3	180,0	200,0	225,0	250,0	300,0
Ministério dos Transportes e Comunicações	Impostos sobre registo de veículos	1.215,2	1.477,2	1.551,1	1.628,6	1.710,1	1.795,6	1.885,3
Ministério dos Transportes e Comunicações	Impostos sobre inspeção de veículos	925,2	889,0	933,4	980,1	1.029,1	1.080,5	1.134,6
Ministério dos Transportes e Comunicações	Impostos sobre cartas de condução	379,7	764,0	802,2	842,3	884,5	928,7	975,1
Ministério dos Transportes e Comunicações	Impostos sobre franchising de transportes públicos	264,5	296,9	311,8	327,4	343,7	360,9	379,0
Ministério dos Transportes e Comunicações	Coimas de transportes / trajetórias	143,0	-	-	-	-	-	-
Ministério dos Transportes e Comunicações	Outros impostos de transportes	27,8	52,3	54,9	57,6	60,5	63,5	66,7

		2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Ministério da Justiça	Passaportes e BIs	1.688,4	1.808,5	1.500,0	1.600,0	1.700,0	1.800,0	1.900,0
Ministério do Interior	Impostos sobre vistos	3.181,7	3.509,5	3.649,9	3.795,9	3.947,7	4.105,6	4.269,9
Tribunais	Tribunais – Coimas e sanções	39,2	481,8	501,1	521,1	542,0	563,7	586,2
Ministério dos Transportes e Comunicações	Inspeção de veículos importados	83,1	94,1	98,8	103,7	108,9	114,4	120,1
Ministério das Obras Públicas	Impostos e cobranças de eletricidade	32.960,5	35.936,4	38.811,3	41.916,2	45.269,5	48.891,1	52.802,4
Ministério dos Transportes e Comunicações	Receitas de domínios de internet de TL	75,5	77,0	80,8	84,9	89,1	93,6	98,3
Ministério das Finanças	Dividendos, lucros e ganhos	4.186,5	-	2.746,0	2.746,0	2.746,0	2.746,0	2.746,0
Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego	Coimas e abdições	107,9	281,7	114,2	114,2	114,2	114,2	114,2
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	Direitos de extração mineira e exploração de pedreiras	1.668,7	1.895,1	2.000,0	1.500,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0
Ministério da Saúde	Coimas – profissionais e saúde	13,0	9,3	9,7	10,1	10,5	10,9	11,3
Ministério das Finanças	Receção de documentos de propostas – Ministérios	35,8	423,7	440,7	458,3	476,6	495,7	515,5
Ministério das Finanças	Leilões	45,4	480,0	600,0	650,0	500,0	500,0	500,0
Ministério das Finanças	Venda de produtos locais	-	-	-	-	-	-	-
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	Receitas de jogos sociais	1.886,0	3.405,0	3.745,6	4.120,1	4.532,1	4.985,3	5.483,9
Ministério da Justiça	Rendas de propriedades governamentais	51,4	80,0	542,4	542,4	542,4	542,4	542,4
Ministério da Agricultura e Pescas	Produtos florestais	82,0	85,2	88,6	92,1	95,8	99,6	103,6
Ministério das Obras Públicas	Imposto sobre serviços de saneamento	15,6	29,6	30,7	32,0	33,2	34,6	36,0

		2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Ministério da Saúde	Registo de profissionais de saúde	23,6	26,8	27,9	29,0	30,2	31,4	32,6
Ministério do Ensino Superior	Instituto Politécnico de Betano	42,4	42,3	44,0	45,7	47,6	49,5	51,4
Ministério da Presidência do Conselho de Ministros	Imposto sobre a impressão – PCM	418,6	80,0	88,0	96,8	106,5	117,1	128,8
Ministério da Saúde	Taxa farmacêutica	445,5	46,3	48,2	50,1	52,1	54,2	56,4
Ministério das Finanças	Dividendos do BCTL	-	4.342,1	-	-	-	-	-
Ministério das Finanças	OPTs devolvidas de anos anteriores	-	8,3	-	-	-	-	-
Ministério das Finanças	Outras receitas não fiscais	387,8	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Ministério da Administração Estatal	Receitas com publicidade no Município de Díli	203,9	220,9	231,9	243,5	255,7	268,5	281,9
Ministério da Administração Estatal	Receitas com publicidade no Município de Ainaro	-	3,6	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4
Ministério da Administração Estatal	Receitas com publicidade no Município de Covalima	0,5	9,3	9,6	10,0	10,4	10,8	11,3
Ministério da Administração Estatal	Receitas com publicidade no Município de Baucau	-	6,2	6,4	6,7	7,0	7,2	7,5
Ministério da Administração Estatal	Impostos sobre estacionamento no Município de Díli	25,6	29,2	30,7	32,2	33,8	35,5	37,3
Ministério da Saúde	Sanções administrativas e coimas	5,0	5,0	5,2	5,4	5,6	5,8	6,1

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

2.4.1.4 Juros

Os juros refletem pagamentos de juros recebidos a partir do dinheiro mantido em fundos governamentais. O recente aumento nas taxas de juro e nos montantes detidos pelo Governo faz com que os juros representem atualmente uma maior percentagem do total das receitas. É esperado que atinjam os 0,727 milhões de dólares em 2019 e os 0,756 milhões em 2020.

Tabela 14: Receitas de juros, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Receitas de juros	530.494,9	727.046,0	756.127,8	786.373,0	817.827,9	850.541,0	884.562,6

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2019.

2.4.1.5 Instituições Autónomas

O número de instituições autónomas tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos, refletindo o desejo do Governo em atribuir maior independência financeira às instituições para assim melhorar a eficiência destas. Em 2018 e 2019 houve novas Instituições Autónomas a começar a cobrar receitas, incluindo o IADE, a AIFAESA, o SENAI e o SERVE. O Porto de Díli gera a maior parte das receitas, todavia a cobrança em anos mais distantes é incerta e poderá diminuir aquando da entrada em funcionamento do Porto de Tibar. São esperados outros contributos significativos da Autoridade Nacional das Comunicações (ANC), cujas receitas irão aumentar graças a uma maior base de coleta e a novas receitas resultantes da ativação da taxa do espetro; da Universidade Nacional; impostoss e cobranças da ZEESM; e do Centro Nacional de Logística.

Tabela 15: Instituições Autónomas e Região Administrativa Especial, valores concretos e projeções entre 2018 e 2024, em milhares de dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 proj.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total das receitas das Instituições Autónomas	7.735,6	11.198,0	11.382,0	11.857,8	12.699,3	9.330,5	9.987,2
TRADEINVEST – Impostos sobre investimentos	20,0	-	0,0	-	-	-	-
CLN – Venda de produtos locais	79,0	300,0	312,0	324,5	337,5	351,0	365,0
ANC – Impostos sobre licenciamento	-	1.240,5	1.290,1	1.341,8	1.395,4	1.451,2	1.509,3
APORTIL – Impostos e cobranças portuários	4.091,9	4.213,0	4.547,6	4.774,9	5.013,7	1.000,0	1.000,0
ANATL – Impostos sobre a aviação	-	-	0,0	-	-	-	-
IGE – Receitas	287,2	481,3	500,6	520,6	541,4	563,1	585,6
SAMES – Receitas	218,6	312,0	320,0	350,0	370,0	400,0	420,0
UNTL – Propinas da Universidade Nacional	1.160,3	1.762,0	1.895,4	2.260,7	2.626,0	2.991,3	3.356,7
HNGV – Impostos sobre hospitalares e médicas	264,8	375,2	390,2	405,8	422,1	438,9	456,5
Tribunais – Impostos administrativos	-	28,3	29,4	30,6	31,8	33,1	34,4

Centro de Bambu de Tibar – Receitas	11,6	705,9	220,0	242,0	266,2	292,8	322,1
AMRT – Impostos	2,3	3,0	3,1	3,2	3,4	3,5	3,6
IADE – Impostos sobre serviços	53,8	29,5	18,2	23,2	19,7	19,7	25,7
AIFAESA – Impostos	150,1	188,9	196,5	204,3	212,5	221,0	229,8
Centro SENAI – Receitas	6,4	8,0	9,0	10,0	11,0	12,0	13,0
SERVE IP – Receitas	214,9	350,0	367,5	385,9	405,2	425,4	446,7
CLN – venda de arroz	413,0	350,0	364,0	378,6	393,7	409,5	425,8
ZEESM - Impostos e cobranças	761,7	850,4	918,4	991,9	1.071,2	1.156,9	1.249,5

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças * As receitas da ZEESM incluem apenas taxas e pagamentos, já que as receitas tributárias são apresentadas em separado na tabela 11.

2.4.2 Receitas petrolíferas e Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero continua a ser a fonte principal de financiamento do Orçamento do Estado a cada ano. Os levantamentos a partir do Fundo são orientados pelo RSE. O RSE representa o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal de modo um saldo suficiente no Fundo que permita o levantamento de um montante de valor real idêntico em todos os anos futuros. O RSE está definido como 3 por cento da Riqueza Petrolífera, a qual engloba o saldo do Fundo e o valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras.

O Governo pode fazer levantamentos acima do RSE caso consiga justificar ao Parlamento que isso serve os interesses a longo prazo de Timor-Leste. O Governo tem vindo a justificar os levantamentos em excesso a partir do Fundo Petrolífero com o desenvolvimento económico de Timor-Leste. Por definição, levantamentos acima do RSE reduzem o poder de compra do Fundo.

2.4.2.1 Cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE para 2020

A **Error! Reference source not found.6** mostra a Riqueza Petrolífera e o RSE estimados a partir de 2018, assumindo que os levantamentos a partir do Fundo são iguais aos levantamentos projetados neste livro orçamental.

Tabela 16: Riqueza petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

	2018*	2019*	2020 orçam.	2021	2022	2023	2024
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	550,4	529,0	536,8	526,7	493,6	458,9	429,3
Total da Riqueza Petrolífera (RP)	18.345,8	17.633,6	17.891,8	17.556,3	16.453,9	15.296,3	14.310,3

Saldo inicial do FP			17.067,9	17,307.3	16,342.3	15,202.5	14,310.3
Valor atual líquido das receitas futuras			823,9	249,0	111,6	93,8	0.0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019. * O RSE relativo a 2018 e 2019 assenta nas estimativas feitas aquando do Orçamento para 2018 e do Orçamento para 2019.

No Orçamento para 2020 a Riqueza Petrolífera está estimada em 17.891,8 milhões de dólares. Deste modo o RSE de 3% em 2020 está estimado em 536,8 milhões. Este valor excede em cerca de 7,8 milhões a estimativa do RSE para 2020 feita no Orçamento para 2019. De seguida discutem-se os principais pressupostos por detrás dos cálculos, bem como as diferenças relativamente à estimativa feita no Orçamento para 2019.

Tabela 17: Principais pressupostos por detrás do cálculo do RSE

Reconhecimento de ativos	Só são incluídas previsões de receitas petrolíferas para projetos com planos de desenvolvimento aprovados. O Bayu-Undan (BU) é o único campo em funcionamento.
Reservas petrolíferas e previsões de produção	Os operadores de projeto apresentam estimativas de produção. O operador apresentou 3 cenários de previsão: baixo, base e alto. Para o cálculo do RSE de 2020 utiliza-se a média entre o cenário baixo e o cenário base.
Estimativa do preço do petróleo	O crude Brent tem-se revelado o melhor indicador dos preços dos produtos líquidos do BU (condensado e GPL). O RSE referente ao Orçamento para 2020 é preparado usando a média entre o cenário baixo da Agência de Informações Energéticas (EIA) e o cenário de referência para o Brent no Panorama Energético Anual (AEO) para 2019, lançado em janeiro de 2019.
Preços para produtos petrolíferos específicos	O BU produz condensado, Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Os pressupostos das estimativas de cada produto derivam dos diferenciais históricos observados com o Brent. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula de preço provisória negociada entre a instalação de GNL de Darwin (DLNG) e os compradores japoneses de GNL. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	Estimativa central dos custos capitais e operacionais futuros, providenciada pelos operadores de projeto.
Taxa de desconto	Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero, a taxa de juro utilizada para descontar receitas petrolíferas futuras é a taxa esperada de retorno da carteira de aplicações financeiras detidas no Fundo. A estratégia de investimento do Fundo é de 5 por cento em caixa, 55 por cento em títulos, 35 por cento em ações e 5% em alternativas.

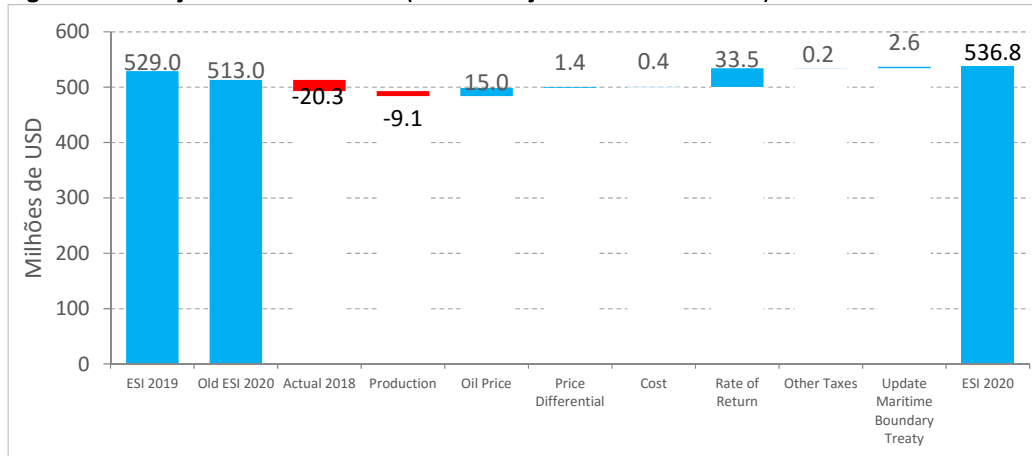
Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

Alterações no RSE de 2019 para 2020

A Figura 8 mostra as principais alterações incrementais na estimativa atual do RSE em 2020 comparativamente com a estimativa no Orçamento para 2019. O retorno superior ao esperado dos investimentos em 2019 é o maior impulsionador do aumento no RSE em 2020, juntamente

com alterações à previsão do preço do petróleo e às receitas esperadas, em resultado da delimitação das fronteiras marítimas.

Figura 8: Alterações no RSE de 2020 (entre o Orçamento 2019 e 2020)



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

Dados concretos de 2018

O RSE de 2020 estimado em outubro de 2018 foi baseado em dados estimados para o restante de 2018. Entretanto existem já dados concretos relativos à totalidade de 2018, os quais foram usados na estimativa atual do RSE de 2020. As receitas petrolíferas líquidas concretas cobradas em 2018 foram de 446,7 milhões de dólares, após dedução de um total de 63,3 milhões relativo a impostos pagos em excesso por contratantes do campo de Kitan entre os anos fiscais de 2011 e 2013. Este valor é 15% superior aos 389,4 milhões estimados. O levantamento concreto em 2018 foi de 982,5 milhões, correspondendo assim ao valor previsto. As receitas petrolíferas superiores foram anuladas pelos retornos negativos de -2,6% dos investimentos em 2018, o equivalente a -459,9 milhões. Estava previsto que os investimentos tivessem um retorno de 1,7%, o equivalente a 283,4 milhões. Como resultado, o saldo do Fundo no final de 2018 fosse inferior ao previsto, descendo de 16.489,6 milhões de dólares para 15.803,6 milhões. Em resultado desta alteração o RSE de 2020 foi reduzido em 20,3 milhões.

Produção

Tal como se pode ver na Figura 9, a estimativa de produção mais recente sobre líquidos e gás no campo Bayu-Undan é inferior à que foi utilizada no Orçamento para 2019. À semelhança do que aconteceu no ano anterior, adotou-se a média dos cenários baixo e base para a produção petrolífera.

As Figuras 9A e 9B mostram as estimativas mais recentes do Operador quanto à produção petrolífera nos três cenários: baixo, base e alto. As figuras 9C e 9D fazem a comparação entre a estimativa de produção de líquido (condensado e GPL) e de gás (GNL) utilizada no Orçamento para 2020 e a estimativa utilizada para os Orçamentos para 2017 a 2019. No período entre 2019 e 2022 regista-se uma redução de aproximadamente 16% nas estimativas de produção de líquido (condensado e GPL) e GNL comparativamente com as estimativas utilizadas no Orçamento para 2019. O campo de BU é um campo maduro, cuja produtividade tem vindo a descer gradualmente desde o pico em 2012. A produção dos seus poços existentes diminuiu com o aumento da água e a diminuição da pressão. Apesar disso, o projeto Bayu-Undan Infil

Well (BUIW) em meados de 2018 ajudou a manter o nível de produção. Isto fez com que o RSE de 2020 seja reduzido em 9,1 milhões de dólares.

Figura 9: Estimativas de produção do campo Bayu-Undan no RSE de 2020

Figura A. Estimativas de líquidos no BU para o O2020

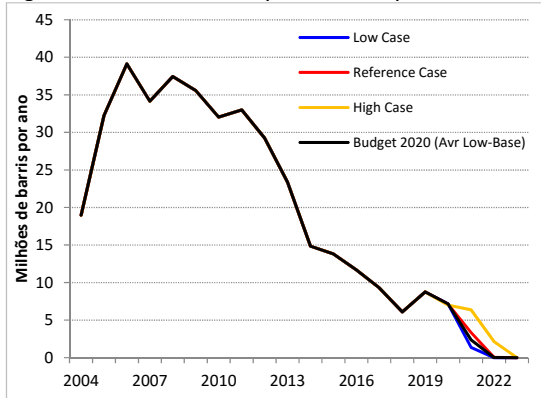


Figura B. Estimativas de gás no BU para o O2020

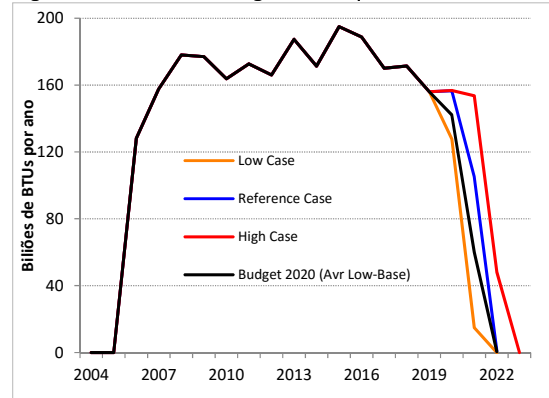


Figura C. Líquidos no BU, comparação entre os orçamentos para 2017 a 2019 e o O2020

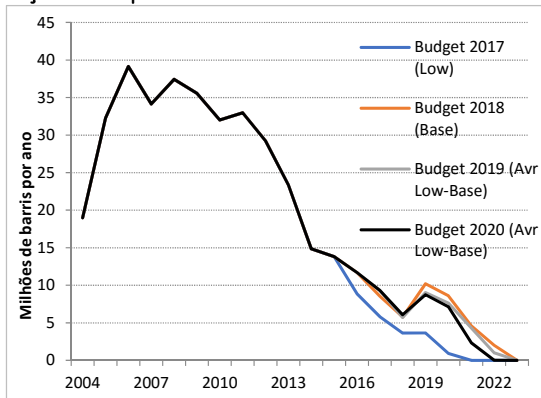
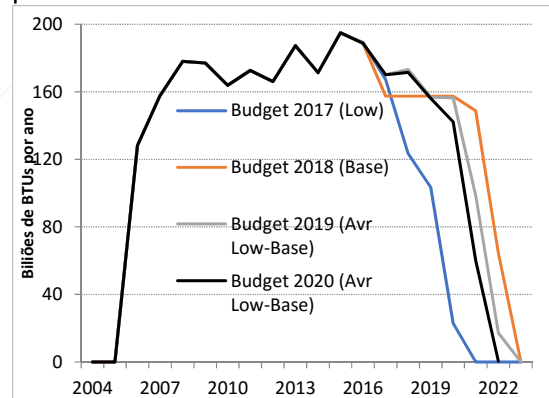


Figura D. Gás no BU, comparação entre os orçamentos para 2017 a 2019 e o O2020



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

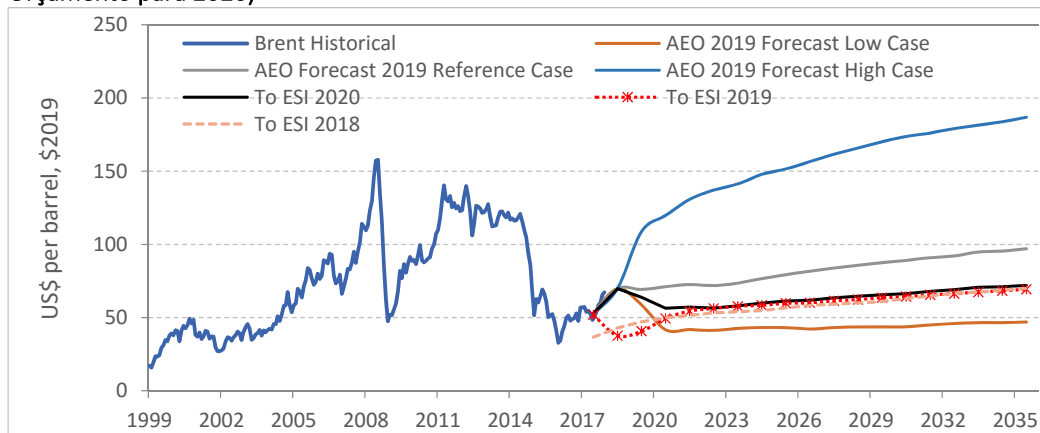
Preços do petróleo

A metodologia para estimar os preços futuros do petróleo tem assentado na média entre o cenário baixo e o cenário de base das estimativas do preço do petróleo Brent emitidas pela Administração de Informações de Energia (EIA). A Figura 10 mostra que a estimativa de referência do petróleo utilizada para o RSE de 2020 é ligeiramente superior para o período de 2020 a 2021, comparativamente com a estimativa utilizada para o RSE de 2019. O preço de referência médio concreto do barril Brent entre janeiro e agosto de 2019 foi de 64,8 dólares por barril. Aplicando ao restante do ano a média ponderada dos preços concretos e da média dos preços baixo e base da EIA, temos o preço para 2019 que é estimado em 66,2 dólares por barril, comparativamente com o preço de 44,8 dólares por barril utilizado no orçamento para 2019.⁶ O

⁶ O Panorama Energético a Curto Prazo da EIA, emitido em agosto, indica no seu cenário de referência (base) que o preço médio esperado do Brent será de 63,4 dólares por barril em 2019 e de 62 dólares por barril em 2020. Os preços futuros do Brent segundo a Bloomberg são em média de 65 dólares por barril em 2019 e 62 dólares por barril em 2020.

preço para 2020 é revisto em alta, passando de 54,2 dólares por barril para 61,6 dólares por barril. Os preços para o restante do período estimado, até ao final da produção em 2022, são em média 6% mais altos do que os preços usados no RSE de 2019. A alteração na estimativa de referência do Brent faz com que o RSE de 2020 aumente em 15,1 milhões de dólares.

Figura 10: Previsão do preço do petróleo no RSE de 2020 (do Orçamento para 2019 para o Orçamento para 2020)



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

Diferenciais do preço de produção (líquidos e GNL)

O projeto de Bayu-Undan gera vários produtos petrolíferos (condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Tal como em anos anteriores, os preços dos produtos de líquidos (condensado e GPL) são estimados por via da aplicação de um diferencial ao preço de referência estimado para o Brent, com base no relacionamento histórico entre a referência e o preço dos produtos de Bayu-Undan. A relação entre os preços dos produtos líquidos e o preço de referência do Brent tem sido relativamente estável, com o condensado a ter uma média de 95 por cento e o GPL uma média de 71 por cento da referência entre 2008 e 2017.

Ao longo do tempo, os diferenciais de preço (acima ou abaixo do Brent) utilizados no RSE de 2020 resultam numa estimativa ligeiramente superior aos preços em Timor comparativamente com os diferenciais de preços utilizados no RSE de 2019. Estes novos diferenciais de preço resultam no aumento do RSE em 1,4 milhões de dólares.

Custos de produção

Estima-se que os custos de produção por parte do operador (COP) no período de 2019 a 2022 sejam inferiores em cerca de 13% ao estimado nas previsões do ano anterior. Esta nova projeção de custos resulta no aumento do RSE em 0,4 milhões de dólares.

Taxas de retorno e taxa de desconto

Segundo o Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero a taxa de desconto utilizada no cálculo do VAL das receitas petrolíferas futuras precisa ser a taxa de retorno esperada da carteira do Fundo Petrolífero. O retorno nominal de longo prazo esperado da carteira é de 3,8 por cento a partir de 2020. Este valor fica ligeiramente aquém do pressuposto de retorno esperado do RSE no ano anterior, que foi de 3,9%.

O retorno esperado para 2019 mudou da expectativa de retorno nominal de longo prazo de 3,9% nominal para 11,1% nominal, refletindo fortes retornos no acumulado anual. O desempenho de referência do Fundo até à data, a 24 de setembro, mostra um retorno positivo de 9,76%. O retorno no final do ano dependerá das movimentações do mercado no 4.º trimestre. Isto leva a uma estimativa mais alta do saldo inicial em janeiro de 2020, o que fez com que o RSE de 2020 aumentasse em 33,5 milhões de dólares.

Outros impostos

Outros impostos incluem impostos sobre vencimentos, cobranças de imposto a subcontratantes e perfuração de exploração, tendo sido aplicados tanto na antiga Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero – ACDP (por exemplo ACDP 11-106) como na Área Exclusiva de Timor-Leste – AETL (por exemplo CPP TL-SO-15-01, CPP TL-OT-17-08 e CPP TL-OT-17-09), tanto em terra como no mar. Estes impostos são estimados para o Orçamento para 2020 com base numa análise das cobranças recentes e levando em conta compromissos referentes a exploração. Isto veio aumentar o RSE de 2020 em 0,2 milhões de dólares.

Atualização do Tratado de Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália

O novo tratado define fronteiras marítimas definitivas no Mar de Timor entre Timor-Leste e a Austrália. Foi assinado a 6 de março de 2017 e ratificado pelos Parlamentos de ambos os países em agosto de 2019. O Tratado de Fronteiras Marítimas (TFM) entrou em vigor a 30 de agosto de 2019, quando ambos os governos acordaram e trocaram as notas diplomáticas em Díli. Sob o TFM, todos os títulos e atividades petrolíferas relacionados na área anteriormente conhecida como Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), a qual se enquadra agora sobretudo nas águas soberanas de TL. Sob o princípio fundamental de termo de *Condições Equivalentes*, realizou-se um processo de Acordo Transitório entre os Estados (TL e Austrália), incluindo os contratantes cujas operações foram afetadas, com o objetivo de transportar todos os contratos existentes sob o anterior regime fiscal da ACDP e parcialmente sob o regime fiscal petrolífero australiano para um regime fiscal 100% timorense.

Os 10% que competiam anteriormente à Austrália sob o quadro do TMT passaram em setembro de 2019 a ser pagos a Timor-Leste. Durante o Acordo Transitório, todos os impostos diretos aplicáveis aos contratantes (por exemplo impostos sobre rendimentos coletivos, retenção na fonte, impostos sobre vencimentos, etc.) estarão a 100% sujeitos à Lei Tributária de Timor-Leste, com os ajustes relevantes efetuados nas áreas específicas de operações e nas fases específicas de atividades, incluindo como referido em cada Contrato de Partilha de Produção (CPP) e campo.⁷ O modelo de RSE é ajustado em conformidade com estas alterações.

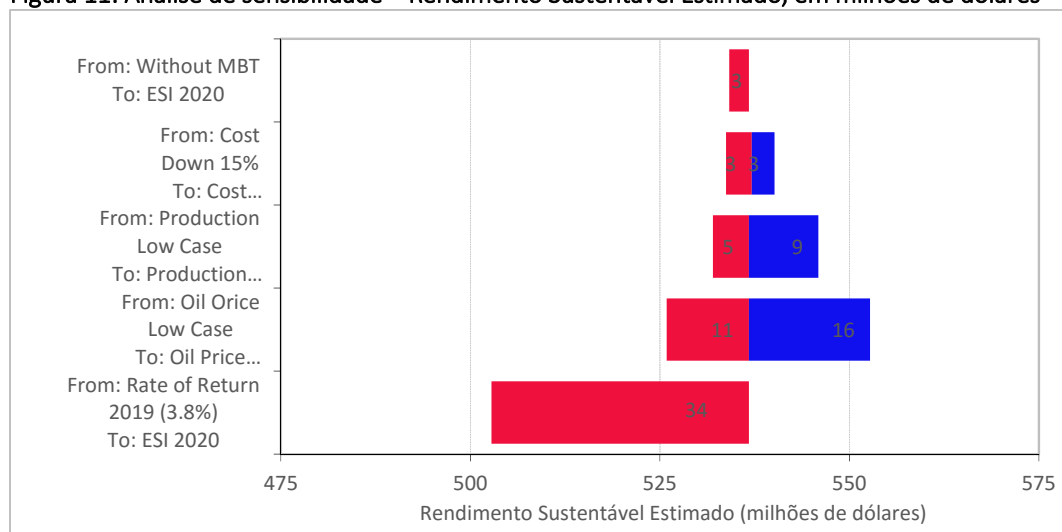
⁷ Por exemplo, no caso do campo de Bayu-Undan a lei tributária aplicável é a Lei de Contratantes de Bayu-Undan (LCBU), a qual regula a questão tributária das atividades petrolíferas conduzidas por contratantes e subcontratantes em ligação com o projeto Bayu-Undan sob os CPPs 03-12 e 03-13 da antiga ACDP. Durante os processos do Acordo Transitório foram feitas algumas emendas à LCBU, à Lei de Estabilização Tributária e à Lei Tributária, por exemplo com todos os impostos diretos a ficarem 100% sujeitos à lei tributária de TL. Contudo, a taxa de Imposto sobre o Lucro Adicional (ILA) é reduzida de 22,5% para 21,5%, de modo a providenciar *condições equivalentes*, já que os 10% pertencentes à Austrália não eram sujeitos a ILA e que todos os impostos indiretos relacionados com serviços prestados por subcontratantes no campo BU serão mantidos nos 90% previstos no TMT, tal como acordado no pacote fiscal para o projeto BU. Já noutras áreas de operações, como por exemplo Kitan e Kanase, a aplicação de 90% de impostos indiretos poderá ser alterada ou anulada após o desmantelamento e o início da primeira produção, respetivamente. Isto significa que após a fase de desmantelamento, e possivelmente entrando numa fase de novo

Isto fez com que o RSE de 2020 aumentasse em 2,6 milhões de dólares.

Análise de sensibilidade

O objetivo do Governo é preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como exigido pela Lei do Fundo Petrolífero. Ainda que os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis, cada elemento está por inerência sujeito à incerteza considerável. A Figura 6 mostra de que modo o RSE de 2020 mudaria, caso alguns pressupostos importantes fossem alterados individualmente. Os aumentos no RSE são indicados a azul, enquanto as reduções estão a vermelho. A análise de sensibilidade começa com o RSE de 2020 no valor de 536,8 milhões e mostra o quanto o RSE mudaria caso fosse utilizado um pressuposto diferente para cada variável. De seguida descreve-se brevemente cada cálculo de sensibilidade

Figura 11: Análise de sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, em milhões de dólares



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

1. O RSE calculado para 2020 é sensível à Taxa de Retorno utilizada em 2019 para estimar o saldo inicial do Fundo em 2020. Caso se utilizem em 2019 os 3,8% de retorno esperado para investimentos a longo prazo em vez dos 11,1% assumidos, o RSE descerá para 34 milhões.

O RSE depende também da taxa de desconto utilizada para calcular o VAL de receitas petrolíferas futuras, que representa o retorno a longo prazo esperado para o Fundo Petrolífero. Por exemplo, se em 2020 se utilizar uma taxa de desconto de 5,0% em vez de 3,8%, o RSE calculado para 2020 diminuirá 0,3 milhões.

2. O RSE calculado para 2020 é algo sensível à estimativa de produção. Tal como foi referido anteriormente, o RSE utiliza agora a média entre o cenário de produção baixa e o cenário base. Caso se utilizasse o cenário baixo (P90), o RSE diminuiria 5 milhões de dólares; caso se utilizasse o cenário base (P50), o RSE aumentaria 9 milhões.

desenvolvimento, os impostos indiretos em Kitan serão cobrados a 100%, com a mesma taxa a ser aplicada a Kanase aquando do início da primeira produção.

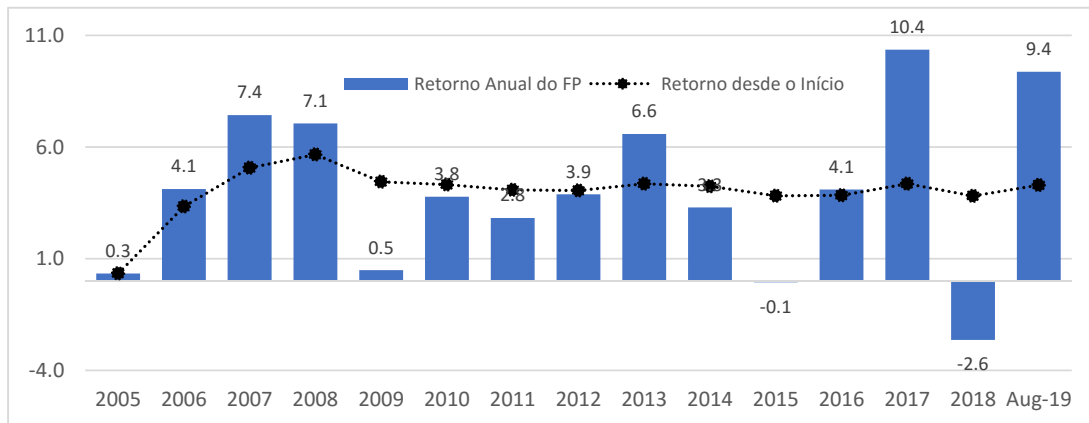
3. *O RSE calculado para 2020 é sensível à estimativa dos preços do petróleo.* Tal como já foi referido, a estimativa do preço futuro do Brent, utilizada para prever o preço do petróleo vendido por Timor-Leste, assenta na média entre os Cenários Baixo e de Referência (Base) do PAE. Se ao invés se utilizasse o Cenário Baixo ou de Referência da EIA, o RSE desceria aproximadamente 11 milhões de dólares ou subiria aproximadamente 16 milhões.
4. *O RSE calculado para 2020 é menos sensível à estimativa de custos.* Caso os custos subam ou desçam 15%, o RSE aumentará ou descera 3 milhões de dólares.
5. *O RSE calculado para 2020 é pouco sensível a alterações na estimativa de outros componentes do RSE.* Por exemplo, o impacto do recente Tratado de Fronteiras Marítimas é reduzido. Isto é compreensível, uma vez que só se considera o campo BU, que tem final previsto para 2020. Os 10% pertencentes à Austrália correspondem a menos de 90 milhões de dólares.

2.4.2.2 Gestão e projeções do Fundo Petrolífero

Atualmente o Fundo Petrolífero é investido 5% em caixa, 55 em títulos governamentais, 35% em ações e 5% em operações relacionadas com o petróleo, através de colocação de dívida privada na Timor GAP E.P.

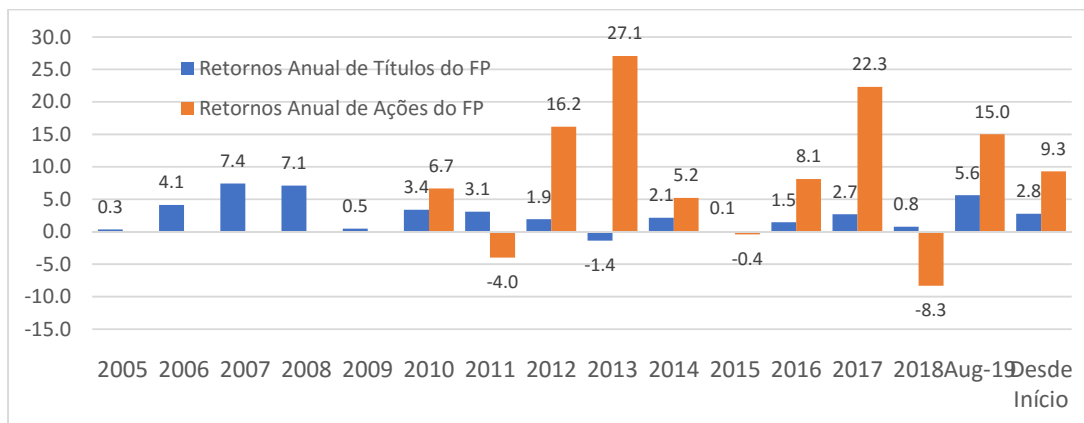
O investimento em ações foi implementado progressivamente e concluído em junho de 2014. Entre a sua criação até agosto de 2019 o Fundo obteve retornos de 4,3 por cento ao ano, o que corresponde a 2,2 por cento em termos reais após levar em conta a inflação nos EUA. As ações cumpriram o seu papel de crescimento. A Figura 12 mostra que a carteira de ações veio impulsionar o desempenho do Fundo, gerando retornos de 9,3 por cento ao ano desde o primeiro investimento em ações em 2010. No mesmo período a carteira de títulos gerou um retorno anual médio de 2,8 por cento.⁸

Figura 12: Retornos dos investimentos do Fundo Petrolífero
Total dos retornos do Fundo desde a sua criação (%)



Retornos de títulos e de ações (%)

⁸ O Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2017 contém uma discussão mais detalhada sobre o desempenho do Fundo.



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2018.

O quadro do RSE foi desenhado para preservar a riqueza real, porém sente-se dificuldades quando os levantamentos excedem consistentemente o RSE. É também provável que os retornos dos investimentos ao longo da próxima década fiquem aquém do que havia sido projetado anteriormente. Esta expectativa prende-se sobretudo com os rendimentos mais baixos dos títulos, que condicionam as estimativas de retorno dos mesmos. Esta questão está capturada na nossa estimativa central de um retorno real de 1,8 por cento ao longo dos próximos 10 anos. É pouco provável que a atual alocação de ativos do Fundo vá gerar um retorno real de 3 por cento.

Em maio de 2018 o Comité de Assessoria para o Investimento (CAI) aconselhou o Ministro das Finanças a continuar com a alocação atual do Fundo. O retorno esperado dos títulos está num valor muito baixo em termos históricos, pelo que são necessárias ações para o Fundo gerar um retorno adequado a longo prazo. Todavia, tentar gerar um retorno real de 3 por cento obrigaria a uma alocação consideravelmente maior em ações, o que comportaria um risco que não parece adequado para Timor-Leste, pelo menos por agora. O Comité revê a alocação de ativos do Fundo todos os anos de modo a levar em conta novas informações, incluindo expectativas sobre levantamentos e receitas petrolíferas futuras.

Projeções atualizadas para o Fundo Petrolífero

A tabela 18 mostra uma atualização das receitas petrolíferas. As receitas em 2018 totalizaram US \$ 446,7 milhões. Em outubro de 2019, a receita petrolífera é de US \$ 667,2 milhões, o que já excede a projeção de US \$ 343,7 milhões no Orçamento 2019. Os preços do petróleo estavam mais altos do que o estimado, com média de US \$ 64,8 por barril de janeiro a outubro. Considerando essa receita e as receitas reais recebidas, a receita total esperada para 2019 é revisada em até US \$ 736,3 milhões.

Segundo os pressupostos atuais é esperado que as receitas continuem a descer de 595,0 milhões em 2020 para 95,6 milhões em 2023

Tabela 18: Receitas do Fundo Petrolífero entre 2018 e 2024, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total das Receitas do Fundo Petrolífero	-13,2	2.460,6	1.236,0	771,6	609,8	645,9	516,9
Retorno dos investimentos do FP	-459,9	1.724,3	641,0	627,4	588,2	550,3	516,9
Total das receitas petrolíferas	446,7	736,3	595,0	144,1	21,6	95,6	0,0
PTP/Royalties	190,6	350,4	311,9	73,3	0,8	0,0	0,0
Petróleo de lucro	53,4	84,1	47,2	17,5	1,3	0,0	0,0
Imposto sobre rendimentos	113,2	119,3	84,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto s/ o lucro acrescentado	117,4	145,8	121,7	24,3	0,0	0,0	0,0
Imposto s/ o valor acrescentado	9,6	5,7	9,9	9,6	3,7	95,6	0,0
Outros pagamentos fiscais	-37,4	31,0	20,4	19,5	15,8	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

O novo Tratado de Fronteiras Marítimas e com a aquisição de 56,56% de participação na JV Greater Sunrise, através da Timor GAP E.P., permitirão a Timor-Leste influenciar as decisões sobre o desenvolvimento a montante e a jusante do GS. Estas receitas potenciais serão incluídas na estimativa do valor atual das receitas petrolíferas quando os campos forem declarados provados e forem aprovados para desenvolvimento.

O saldo do Fundo é de US \$ 17.815,2 milhões em outubro de 2019. Este é um aumento de US \$ 2.011,6 milhões desde o início do ano. A receita de investimento após as despesas no acumulado do ano é de US \$ 1.764,3 milhões. As ações registraram ganhos de 20,7% em outubro, enquanto os títulos apresentaram retornos de 5,4%. Considerando os retornos realizados e considerando o movimento do mercado nos últimos dois meses, a receita esperada de investimento para 2019 é de 11,1%. Isso se traduz em uma receita esperada de US \$ 1.724,3 milhões.

Houve apenas 420 milhões de dólares em levantamento para o ano até outubro. Espera-se que o saldo do Fundo seja de US \$ 17.067,9 milhões até o final de 2019, após dedução da retirada estimada de US \$ 1.196.4 milhões em 2019, adotada pelo Parlamento.

Prevê-se que o Fundo caia a cada ano, caindo para US \$ 13.409,9 milhões até o final de 2024. Não se espera que as receitas de petróleo e os rendimentos de investimentos compensem os levantamentos. Estas são previsões centrais e variações consideráveis devem ser esperadas. A receita de investimento é, por natureza, volátil. Em alguns anos, como 2017, o Fundo superará as expectativas; em outros anos como 2018, o Fundo sofrerá perdas. Espera-se que o Fundo continue a diminuir em valor além do período de projeção, a menos que haja uma mudança significativa na política fiscal ou até que novas receitas petrolíferas significativas entrem em operação.

Tabela 19: Poupanças estimadas do Fundo Petrolífero, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 proj.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Saldo inicial do FP	16.799,3	15.803,6	17.067,9	17.307,4	16.330,4	15.202,5	14.310,4
Receitas petrolíferas (excluindo juros do FP)	446,7	736,3	595,0	144,1	21,6	95,6	0,0
Juros líquidos do Fundo Petrolífero	-459,9	1.724,3	641,0	627,4	588,2	550,3	516,9
Total dos levantamentos	982,5	1.196,4	996,5	1.736,6	1.749,6	1.538,0	1.417,4
Saldo final do FP	15.803,6	17.067,9	17.307,4	16.342,3	15.202,5	14.310,4	13.409,9

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2019.

2.5 Despesa e compromissos de parceiros de desenvolvimento

O total da despesa no orçamento para 2020 é de \$1.841,5m milhões de dólares (incluindo atividades financiadas por doadores no valor de 173,5 milhões e empréstimos de 73,0 milhões). O Orçamento de Estado para 2020 é 13,9% superior ao de 2019. Isto acontece sobretudo em virtude de o Governo planear encetar programas vastos de capital social e desenvolvimento económico em 2020.

2.5.1 Despesa por fundos

A despesa governamental está dividida entre o Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL), o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH), empréstimos e o Apoio Direto do Orçamento da União da Europa. O Fundo de Infraestruturas é uma instituição autónoma sob o FCTL desde 2016. As alocações subiram em 2020 comparativamente com as alocações para o Orçamento de Estado para 2019: o FCTL subiu 14,5%, todavia, o FDCH diminuiu 53,8% e os desembolsos de empréstimos desceram 14,8%.

Tabela 20: Despesa por fundos, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 orçam.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Orçamento de Fontes Combinadas	1.343,9	1.681,3	1.841,5	2.276,6	2.127,2	1.892,2	1.770,7
Despesas governamentais por fundo	1.172,7	1.482,0	1.668,0	2.193,7	2.091,9	1.878,5	1.757,0
FCTL (excluindo empréstimos)	1.119,0	1.375,0	1.574,5	2.100,0	2.023,9	1.818,0	1.708,0
FDCH	14,5	20,0	13,0	13,5	14,1	14,6	15,2
Empréstimos (desembolsos)	39,2	87,0	73,0	80,2	53,9	45,9	33,8
União Europeia – ADO	-	-	7,5	8,6	5,0	2,8	-
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	171,2	199,2	173,5	82,9	35,3	13,7	13,7

Fonte: Direção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2019.

2.5.1.1 Fundo Consolidado de Timor-Leste

O FCTL é a conta central do Governo, incluindo todas as despesas relativas às linhas ministeriais e institutos autónomos, à exceção do FDCH. Dentro do FCTL as despesas correntes e de capital estão divididas entre cinco categorias de dotação, tal como se pode ver na Tabela 21.

O total das alocações no FCTL aumentará 14,58% em 2020 comparativamente com o Orçamento de Estado para 2019.

As alocações relativas a Bens e Serviços para muitos ministérios e instituições aumentaram também, com a alocação para a categoria no seu todo 24% que é superior à do Orçamento de Estado para 2019.

A alocação para Capital e Desenvolvimento subiu 7% em 2020 comparativamente com a do Orçamento de Estado para 2019. O Governo irá garantir que os principais projetos de infraestruturas têm a possibilidade de se desenvolver a bom ritmo e em linha com o seu programa e as suas prioridades, ao mesmo tempo que monitoriza e revê os custos.

Tabela 21: Discriminação da despesa do FCTL, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 orçam.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total da despesa do FCTL	1.119,0	1.375,0	1.574,5	2.100,0	2.023,9	1.818,0	1.708,0
Corrente	814,3	1.029,8	1.127,1	1.172,2	1.219,1	1.267,9	1.318,6
Salários e Vencimentos	197,2	214,2	235,6	245,0	254,8	265,0	275,6
Bens e Serviços	304,6	452,9	561,8	584,3	607,6	632,0	657,2
Transferências Públicas	312,5	362,7	329,7	342,9	356,6	370,9	385,7
Capital	304,7	345,3	447,4	927,8	804,8	550,2	389,4
Capital Menor	7,8	31,5	31,5	32,8	34,1	35,5	36,9
Capital e Desenvolvimento	296,9	313,7	415,8	894,9	770,7	514,7	352,5
<i>Fundo de Infraestruturas (excluindo empréstimos)</i>	291,3	279,4	238,3	710,3	578,6	314,9	144,8

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2019.

Salários e Vencimentos

A alocação de Salários e Vencimentos para 2020 (235,6 milhões de dólares) aumentou 10% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2019. Isto deve-se a aumentos de custos resultantes de alterações a nível de estruturas de pagamentos, regimes especiais para funcionários públicos e novas contratações.

Medidas principais

- 13,8 milhões de dólares para as mudanças na estrutura de remuneração como resultado das leis orgânicas aprovadas
- 3,0 milhões de dólares para todos os municípios, destinados ao preenchimento de posições nas estruturas de poder local.
- 936.000 dólares para as F-FDTL, destinados ao recrutamento de 600 novos membros.
- 730.000 dólares para a Comissão da Função Pública, destinados à promoção interna de funcionários públicos.

- 700,000 dólares para o Ministério das Finanças, destinados a pagamentos aos seus empregados sob o Regime Especial.
- Os restantes aumentos a nível de salários devem-se à promulgação das novas leis orgânicas, as quais provocaram reestruturações internas e criaram novas posições que serão preenchidas através do Orçamento de Estado para 2020.

Bens e Serviços

Está previsto que o orçamento de Bens e Serviços para 2020 seja de 561,8 milhões de dólares, o que representa um aumento de 24% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2019. Este aumento deve-se à medidas que visam o bem-estar dos cidadãos timorenses, com destaque para a manutenção, operação e para pagar dívida de eletricidade.

Medidas principais

- 166,4 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas, destinados a pagar combustível e manutenção para os geradores elétricos em Hera e Betano. Isto inclui 60,6 milhões de dólares para o pagamento da dívida de combustível, a manutenção das torres de transmissão elétrica (150KW) e das subestações (20KW) em sete localizações essenciais (N117, N31, N71, N72, N15, N24, N34 e N76). O fornecimento de eletricidade em todo o país é essencial para a geração de crescimento e desenvolvimento no país.
- 31,1 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados ao fundo contrapartido. Isto irá contribuir para a continuação da implementação de projetos importantes de financiamento contrapartido, incluindo alocação parcial para a compra do Ferry Nakroma II.
- 8,0 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados a serviços jurídicos. Este dinheiro permitirá ao Estado defender-se em vários processos judiciais.
- \$6.9 milhões para escolas publicas designadamente para o Programa de alimentação escolar
- 4,98 milhões de dólares para o SAMES, destinados a adquirir medicamentos para melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país.
- 3,0 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados a novas provisões para a aviação civil.
- 2,8 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados ao pagamento de quotas em instituições internacionais. Isto garantirá a continuação da participação de Timor-Leste em atividades regionais e internacionais.
- 2,5 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados ao censo populacional e habitacional. Isto ajudará à definição de programas de desenvolvimento socioeconómico no futuro.
- 2,1 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro, destinados à participação de Timor-Leste na Expo do Dubai.
- 1,0 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados para eventos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e os jogos da CPLP.

Transferências Públicas

As Transferências Públicas englobam todo o dinheiro que o Governo gasta para concessões e pagamentos consignados. A alocação para esta categoria diminuirá para os 329,7 milhões de dólares, o que constitui uma redução de 9,1%% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2019.

Medidas principais

- 91,4 milhões de dólares para o Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional, destinados a pensões e habitações para veteranos.
- 63,8 milhões de dólares para o Ministério do Petróleo e Minerais, destinados a investir no desenvolvimento do Timor Gap.
- 41,3 milhões de dólares para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), destinados ao regime contributivo e não contributivo.
- 22,6 milhões de dólares para o Ministério do Petróleo e Minerais, destinados a apoiar a Autoridade nacional do Petróleo e Minerais (ANPM), o TIMOR GAP e o Instituto de Petróleo e Geologia (IPG), de modo a assegurar que Timor-Leste beneficie ao máximo dos seus recursos naturais.
- 15,2 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados à provisão de pensões para funcionários públicos efetivos sob o regime contributivo.
- 11,3 milhões para o Ministério da Saúde, destinados a tratamentos no estrangeiro, cuidados de saúde primários e subsídios aos médicos cubanos em Timor-Leste. Estes investimentos são importantes para continuar a melhorar a qualidade dos serviços e saúde prestados à população.
- 10 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados a cobrir amortizações de empréstimos.
- \$8.0 milhões de dólares para Todo o Governo destinados ao apoio às atividades da Igreja Católica através da Conferência Episcopal da Igreja Católica .
- 6,0 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS).
- 6,0 milhões de dólares para a Comissão Nacional de Eleições, destinados a subsidiar os partidos políticos e assim continuar a fortalecer o processo democrático em Timor Leste.
- 5,5 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados a pagamentos de pensões a ex-líderes e ex-membros de órgãos de soberania.
- \$4.3 milhões de dolares para o Ministerio da Educacao, Juventude e Desporto para apoio aos vários eventos e atividades desportivos e de juventude durante o ano. .
- 4,0 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados a recapitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e a pagar taxas de serviço do mesmo.
- 4,0 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro, destinados a apoiar ONGs e atividades de diversas organizações da sociedade civil.
- \$1,9 milhões de dólares para Escolas Privadas destinados ao Programa de Alimentação Escolar .
- 1,7 milhões de dólares para a Secretaria de Estado da Comunicação Social, destinados a subsidiar a Radiotelevisão de Timor-Leste (RTTL) em Tatoli.

- 1,5 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados ao secretariado do g7+. O trabalho deste secretariado assegura que a voz dos estados frágeis (incluindo Timor-Leste) é ouvida pela comunidade internacional e que merece ação por parte desta.
- 1,0 milhões de dólares para Todo o Governo, destinados a recapitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e a pagar taxas de serviço do mesmo.
- 1,0 milhões de dólares para a Secretaria de Estado das Cooperativas, destinados a subsidiar grupos de cooperativas.
- 800.000 dólares para o Ministério da Educação, Juventude e Desporto, destinados a concessões para escolas privadas e escolas CAFÉ.
- 800.000 de dólares para Todo o Governo, destinados a pagar contribuições de apoio financeiro internacional. Isto irá ajudar a comunidade internacional e permitirá a Timor-Leste influenciar ainda mais a comunidade global.
- 500.000 de dólares para a Secretaria de Estado da Política de Formação Profissional e Emprego (SEPFPOPE), destinados ao programa de emprego por conta própria. Isto contribuirá para promover a criação de emprego e o crescimento económico.
- \$250.000 dólares para Secretaria de Estado de Igualdade e Inclusão para fornecer capital rotativo às mulheres rurais, com o objetivo de promover o empreendedorismo das mulheres
- \$200.000 dólares para a Secretaria de Estado de Arte e Cultura para a preservação da identidade cultural

Capital Menor

O Capital Menor inclui despesas com veículos, mobiliário e outros bens móveis. O orçamento para 2020 (31,5 milhões de dólares) relativo a esta categoria representa uma redução de 0% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2019 (31,5 milhões).

Medidas principais

- 4,0 milhões de dólares para o Ministério das Finanças, destinados à compra de equipamento informático para um centro adicional de cópias de segurança e equipamentos de raio-X, etc.
- \$3.4 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para a compra de um transformador de corrente, medidores pré-pagos e outros equipamentos
- 3,2 milhões de dólares para o Ministério da Educação, Juventude e Desporto, destinados à compra de secretárias e cadeiras para escolas.
- \$1.8 milhões para o Ministério da Defesa para a compra de equipamentos de comunicação, segurança e outros equipamentos
-
- 1,7 milhões de dólares para o Ministério da Saúde, destinados a compra de ambulâncias e de veículos polivalentes para ações de monitorização e avaliação. \$1,3 milhões para o Ministério da Administração Estatal para a compra de sistemas e equipamentos de informação eleitoral para o PNDS
- \$800.000 para a Polícia Nacional de Timor-Leste para a compra de equipamentos de segurança e outros.

Capital e Desenvolvimento

A alocação para Capital e Desenvolvimento em 2020 aumenta 32.5% comparativamente à alocação para 2019. Isto resulta de um aumento atribuído a ministérios tais como o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Agricultura, destinado a projetos de capital. Também os programas de desenvolvimento distrital receberam uma infusão de orçamento de Capital e Desenvolvimento em 2020, a qual foi canalizada diretamente para os municípios. É a primeira vez que os municípios têm a sua própria alocação de capital e desenvolvimento. Tal como se pode ver na Tabela 22, as alocações de Capital e Desenvolvimento sob o FCTL estão divididas em 238,3 milhões de dólares para o Fundo de Infraestruturas, 6,0 milhões para programas de desenvolvimento distrital e 171,6 milhões para outros projetos de Capital e Desenvolvimento através das linhas ministeriais.

Tabela 22: Despesa de Capital e Desenvolvimento, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 orçam.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total de capital e desenvolvimento	296,9	313,7	415,8	894,9	770,7	514,7	352,5
Fundo de Infraestruturas (instituições autónomas, excluindo empréstimos)	291,3	279,4	238,3	710,3	578,6	314,9	144,8
Programas de desenvolvimento distrital	4,2	7,8	6,0	6,2	6,5	6,7	7,0
Ministérios / instituições	1,4	26,5	171,6	178,4	185,6	193,0	200,7

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2019.

O orçamento do PNDS transitou agora do Capital e Desenvolvimento para as Transferências Públicas.

2.5.1.2 Fundo de Infraestruturas

Tal como indicado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, a construção e manutenção de infraestruturas vitais produtivas são pilares centrais para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, com vista à promoção de crescimento económico sustentável, inclusão social e conectividade nacional. O Fundo de Infraestruturas foi criado em 2011, com a missão de financiar os projetos estratégicos plurianuais de infraestruturas. Desde 2011 foi aprovado e alocado ao FI um total de 4,63 mil milhões de dólares, com vista ao financiamento de 22 programas. Isto inclui Parcerias Público-Privadas (PPPs) e empréstimos externos. Em 2016 o Fundo de Infraestruturas passou a operar como instituição autónoma.

O VIII Governo Constitucional estabeleceu prioridades de desenvolvimento de infraestruturas na área das infraestruturas físicas básicas, com base em razões sociais e económicas. Isto inclui programas tais como pontes, estradas, água e saneamento e o fornecimento sustentável de eletricidade. Muitos projetos relacionados com estas áreas foram já iniciados em anos anteriores. Para além de se continuar a melhorar estas áreas, serão necessárias outras infraestruturas importantes para apoiar a modernização e o crescimento da economia timorense, incluindo infraestruturas digitais, infraestruturas de transporte e logística e a criação de um enquadramento mais amplo para apoiar o desenvolvimento industrial.

O orçamento total para o Fundo de Infraestruturas (excluindo empréstimos) em 2020 é de 239,4 milhões de dólares e abrange 21 programas. Deste total, 238,3 milhões provêm do orçamento para capital e desenvolvimento.

As maiores fatias do orçamento do Fundo de Infraestruturas em 2020 são alocadas para o programa de estradas e pontes (52,9%), o setor da eletricidade (6,1%), o programa de informática (6,0%), o programa de Tasi Mane (6,9%) e outros programas nas áreas da saúde, educação, edifícios públicos, segurança e defesa, e sistema de apoio financeiro ao desenvolvimento urbano e rural.

Tabela 23: Orçamento e projeções do Fundo de Infraestruturas, em milhões de dólares

	2019 orçam.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 proj.
Total das Infraestruturas	366,5	311,3	790,5	632,6	360,8	178,6
Total das Infraestruturas (excluindo empréstimos)	279,5	238,3	710,3	578,6	314,9	144,8
Agricultura	2,5	2,6	18,4	30,2	21,0	6,6
Água e saneamento	3,7	3,0	41,7	30,6	11,7	4,0
Desenvolvimento urbano e rural	9,5	7,1	8,0	5,0	3,0	0,0
Edifícios públicos	3,1	8,4	37,5	54,9	43,4	27,6
Educação	1,0	3,8	34,0	37,4	30,8	19,5
Eletricidade	15,3	14,5	6,0	7,8	1,2	0,0
Informática	2,9	14,3	26,9	1,0	2,9	3,1
Saúde	1,1	0,7	4,9	9,5	3,7	1,9
Segurança e Defesa	3,3	3,5	28,1	21,8	6,2	0,0
Solidariedade Social	0,5	0,5	1,3	0,8	0,6	0,0
Tasi Mane	60,6	16,5	312,1	257,9	111,4	70,3
Aeroportos	12,5	10,9	5,8	12,8	10,3	0,0
Preparação de desenhos e supervisão	3,9	10,0	15,5	1,0	0,0	0,0
Estradas	127,4	120,2	146,3	94,2	60,0	5,0
Pontes	10,0	5,9	8,8	1,9	2,8	3,0
Portos	2,2	1,1	4,6	5,5	1,3	0,8
Turismo	0,3	0,5	1,3	1,9	1,2	0,0
Sistema financeiro e infraestruturas de apoio	3,9	5,3	3,4	3,0	3,0	3,0
Juventude e desporto	2,8	1,8	2,3	1,5	0,3	0,0
Manutenção e reabilitação	13,0	7,8	3,4	0,1	0,0	0,0
Programa de empréstimos	87,0	73,0	80,2	53,9	45,9	33,8

Fonte: Secretariado dos Grandes Projetos, Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, 2019.

2.5.1.3 Despesa por projetos financiados por empréstimos

Prevê-se que a despesa com projetos financiados por empréstimos atinja os 73,0 milhões de dólares em 2020, tal como se apresenta na Tabela 24. Isto representa uma redução de 16,1% comparativamente com a alocação no Orçamento de Estado para 2018, justificada pelo facto de não irem ser iniciados quaisquer novos projetos significativos de empréstimos e pelo aproximar do fim de muitos dos projetos atuais. A Secção 2.6.3.3 contém uma descrição detalhada destes projetos.

Tabela 24: Despesa com projetos financiados por empréstimos, em milhões de dólares

	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2024 orçam.
Despesa com empréstimos	73,0	80,2	53,9	45,9	33,8

Fonte: Ministério das Finanças e Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, 2019.

2.5.1.4 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

A finalidade do FDCH é financiar despesas com bolsas de estudo e capacitação, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste. Relativamente ao orçamento para 2020, o FDCH divide-se em quatro grandes programas: Formação vocacional, formação técnica, bolsas de estudo e outros tipos de formação.

A Tabela 25 resume as dotações orçamentais para o FDCH por programa. O orçamento total para 2020 é de 13,0 milhões de dólares. Isto representa uma diminuição de 35% comparativamente com o Orçamento de Estado para 2019.

Tabela 25: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por programa, em milhões de dólares

	2018 concr.	2019 orçam.	2020 orçam.	2021 proj.	2022 proj.	2023 proj.	2018 concr.
Total do FDCH (por programa)	15,7	20,0	13,0	13,5	14,1	14,6	15,2
Formação vocacional	1,5	2,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8
Formação técnica	0,4	6,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8
Bolsas de estudo	12,5	8,7	9,4	9,8	10,2	10,6	11,0
Outros tipos de formação	1,3	2,2	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6

Fonte: Secretariado do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2019.

2.5.2 Alocações ministeriais

A tabela 26 resume as alocações finais às linhas ministeriais.

Tabela 26: Alocações propostas a linhas ministeriais, em milhares de dólares

Setor do PED	Ministério	Proposta de Orçamento para 2020
Desenvolv. Económico	Ministério da Agricultura e Pescas	17.299
	Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	87.528
	Ministério de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos	1.690
	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	8.493
	Secretaria de Estado da Política de Formação Vocacional e Emprego	4.591
Desenvolv. Infraestruturas	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	17.978
	Ministério das Obras Públicas	229.514
	Ministério dos Transportes e Comunicações	10.787
Quadro Institucional	Dotações para Todo o Governo	113.842
	Ministro de Estado para a Presidência do Conselho de Ministros	4.227
	Ministério da Defesa	38.456
	Ministério das Finanças	30.159
	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	25.270
	Ministério do Interior	48.522
	Ministério da Justiça	18.253
	Ministério da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, incluindo SECS	7.753
	Ministério da Administração Estatal	20.514
Provedor de Direitos Humanos	1.922	

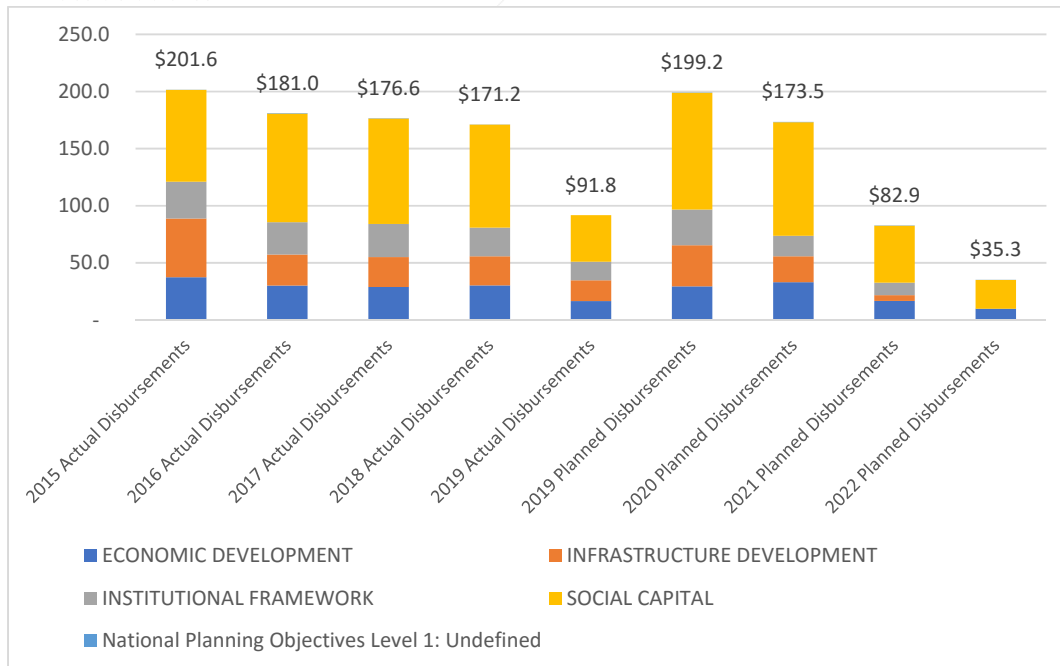
Social Capital	Ministério da Educação, Juventude e Desporto, incluindo a SEJD	96.975
	Ministério da Saúde	58.413
	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, incluindo a SEAC	7.210
	Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	101.008
	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	57.510
	Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	7.464

Fonte: Direção-Geral de Finanças do Estado, Ministério das Finanças 2019.

2.5.3 Compromissos de parceiros de desenvolvimento

O gráfico seguinte mostra que as taxas de apoio dos parceiros de desenvolvimento vão descendo gradualmente entre 2015 e 2018, começando com uma redução de 10% entre 2015 e 2016 e estabilizando numa redução de 2% em 2017 e 3% em 2018. Este declínio deverá ser revertido em 2019, o que constitui um sinal encorajador que aponta para um maior apoio por parte dos parceiros de desenvolvimento. É também importante notar que as estimativas para o futuro mostram um declínio acentuado na assistência de parceiros de desenvolvimento sem ser na forma de empréstimos. Convém todavia ter em atenção dois pontos importantes: (i) historicamente, a despesa futura indicativa plurianual de parceiros de desenvolvimento tende a ser superior à reportada; (ii) o Portal de Transparência da Ajuda recolhe informações a nível de projeto, o que significa que fundos que ainda não tenham sido comprometidos para um projeto não serão incluídos na análise.

Figura 13: Desembolsos de doadores sem ser na forma de empréstimos entre 2015 e 2022, em milhões de dólares



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, relatório gerado a 11 de setembro de 2019.

Tabela 27: Desembolsos planeados por subpilar e pilar do PED para 2019 e 2020, em milhões de dólares

PED	Subpilar do PED	Planeado 2019	Planeado 2020	Total dos 2 anos
Capital Social	Educação e formação	44,7	44,2	88,9
	Saúde	35,0	28,0	63,0
	Inclusão social	16,6	15,5	32,1
	Ambiente	5,1	3,9	9,0
	Não definido	0,7	7,7	8,4
	Cultura e património	0,2	0,1	0,3
Subtotal		102,1	99,4	201,5
Desenvolvimento Económico	Agricultura	14,9	18,1	33
	Desenvolvimento rural	7,6	8,8	16,4
	Não definido	2,8	1,2	4,0
	Investimento do setor privado	2,6	1,5	4,1
	Turismo	1,6	3,6	5,2
Subtotal		29,5	33,2	62,7
Desenvolvimento de Infraestruturas	Estradas e pontes	23,8	18,6	42,4
	Portos marítimos	8,1	1,2	9,3
	Água e saneamento	3,3	2,8	6,1
	Aeroportos	0,7	0,1	0,8
Subtotal		35,9	22,7	58,6
Quadro Institucional	Gestão do setor público e boa governação	20,5	12,5	33,0
	Segurança	8,4	4,4	12,8
	Justiça	1,9	0,8	2,7
	Defesa	0,4	-	0,4
	Negócios estrangeiros	0,1	0,1	0,2
Subtotal		31,4	17,8	49,2
Não definido no PED		0,3	0,3	0,6
TOTAL		199,2	173,5	372,7

Fonte: UGPD, Ministério das Finanças, setembro de 2019.

2.5.3.1 Desenvolvimentos políticos

A 4 de julho de 2019 a UGPD liderou a organização da Reunião Anual de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento. O evento incidiu na importância do Aprofundamento da Coordenação para Financiar o Desenvolvimento. Um dos tópicos principais de discussão foi a Política de Ajuda Externa – Políticas e Procedimentos sobre Assistência. A política pede aos doadores um maior alinhamento com os programas e prioridades do Governo. Define ainda de forma clara as preferências do Governo sobre a forma de prestar assistência.

Um dos objetivos da política é encorajar os parceiros de desenvolvimento a trabalhar diretamente com o Governo e a alinhar as suas atividades com maior especificidade, isto é, a nível de plano de ação anual, a nível de subprograma governamental e a nível de subpilar do PED. A UGPD espera que isto resulte gradualmente numa melhor coordenação, no aumento da transferência de conhecimentos e numa melhor responsabilização pelas atividades financiadas por parceiros de desenvolvimento nos processos orçamentais e de planeamento ao longo dos próximos anos.

2.6 Financiamento

2.6.1 Definição de financiamento

A despesa total orçamentada para 2020 é superior às receitas domésticas que serão cobradas durante o mesmo período. Isto resulta num défice não-petrolífero (receitas domésticas menos despesas), o qual é financiado através de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos, uso do saldo de caixa do Tesouro e de RAEOA/ZEESM, e o apoio direto ao orçamento da União Européia. Os levantamentos a partir do FP podem ser num montante sustentável, utilizando as receitas do Fundo, ou podem ultrapassar o nível sustentável (ver secção seguinte). A Tabela 28 mostra o valor com que contribui cada um dos itens de financiamento seguintes.

Tabela 28: Fontes de financiamento, 2020 a 2024, em milhões de dólares

	2020	2021	2022	2023	2024
Total do financiamento	920,8	1.445,6	1.365,1	1.177,3	1.071,6
Levantamentos excessivos a partir do FP	459,7	1.209,9	1.256,0	1.079,1	988,1
Uso do saldo de caixa	380,6	146,9	50,1	49,6	49,7
Saldo do Tesouro	254,3	50,6	50,1	49,6	49,7
Saldo de RAEOA/ZEESM	126,3	96,3	0,0	0,0	0,0
Empréstimos (desembolsos)	73,0	80,2	53,9	45,9	33,8
União Européia – ADO	7,5	8,6	5,0	2,8	0,0

Fonte: *Direção Nacional do Orçamento, Direção-Geral do Tesouro, UAFP, Ministério das Finanças, 2019.*

2.6.2 RSE e levantamentos em excesso

Existem razões económicas importantes para fazer a distinção entre receitas e itens de financiamento. As receitas domésticas resultam de impostos pagos por empresas e indivíduos em Timor-Leste relativamente à produção e aos rendimentos. O RSE é o montante que pode ser retirado do FP a cada ano, sem com isso vir a esgotar o Fundo. Gastar somente até ao total das receitas (receitas domésticas e RSE) mantém a sustentabilidade fiscal e constitui o nível de despesa de referência para entender a tendência a longo prazo das finanças governamentais. O RSE pode assim ser considerado receita. O Governo alterou a definição de receitas para passar a incluir o RSE, uma vez que isto torna mais claro o que é sustentável em termos fiscais.

O RSE é igual a 3% da riqueza petrolífera líquida, o que corresponde a 536,8 milhões de dólares em 2020. A Secção 2.3.3. do Livro Orçamental contém mais detalhes sobre o RSE e sobre a riqueza petrolífera.

O Governo tenciona levantar 459,7 milhões de dólares acima do RSE. Os levantamentos em excesso estão em linha com a política governamental de concentração de despesas nos primeiros anos e são utilizados para financiar infraestruturas de base e capital humano, essenciais para o crescimento a longo prazo.

2.6.3 Empréstimos

De modo a conseguir financiar as necessidades de desenvolvimento o Governo tem vindo a explorar possíveis fontes adicionais de financiamento, nomeadamente empréstimos externos contraídos junto de instituições multilaterais e bilaterais. O objetivo principal é assegurar

financiamento alternativo para o desenvolvimento de infraestruturas estratégicas, tal como destacado no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), a um custo a longo prazo mínimo e cumprindo os objetivos de desenvolvimento nacional.

Termos de empréstimos

Atualmente os empréstimos externos são prestados sobretudo por bancos multilaterais internacionais, tais como o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e o Banco Mundial (BM). Existe também um empréstimo bilateral da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Por categoria de credores, o BAsD é atualmente o maior mutuante a Timor-Leste, representando quase 70% do total de empréstimos contraídos pelo país. Seguem-se o BM e a JICA. A tabela seguinte indica os termos dos empréstimos.

Tabela 29: Termos de empréstimos

Credor	Moeda	Montante original (milhões de dólares)	Período de graça (anos)	Amortização inicial (anos)	Ano de conclusão	Taxa de juro 2018
BAsD	USD, DES	270.28	5.4	20	2044	2,08%
BM	USD, DES	75.20	6	20	2042	2,50%
JICA	JPY	52.78	10	20	2042	0,70%
Total		398.26				

Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

Estes empréstimos apresentam condições bastante favoráveis e são mais vantajosos do que o levantamento de verbas a partir do Fundo Petrolífero. De facto, o custo financeiro destes empréstimos (1,96%) é atualmente inferior ao retorno anual do Fundo Petrolífero desde a sua criação (4,3% em agosto de 2019). Isto assegura que o país terá capacidade para pagar as amortizações futuras.

Tabela 30: Comparação entre custos de empréstimos e retorno dos investimentos do FP

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Aug 2019
Custo de empréstimos (taxa efetiva)				1,02%	1,42%	1,68%	2,06%	1,96%
Retorno dos investimentos do FP desde a sua criação, anualizado	4,1%	4,4%	4,2%	3,8%	3,8%	4,4%	3,8%	4,3%

Fonte: Unidade de Empréstimo e UAFP, Ministério das Finanças, junho de 2019.

2.6.3.1 Gestão da carteira

A gestão da dívida pública tem um papel essencial na determinação da sustentabilidade da política fiscal. Em face de uma alteração na metodologia⁹, a capacidade de Timor-Leste para suportar dívida é atualmente superior ao que era no passado, tendo subido de fraca para média

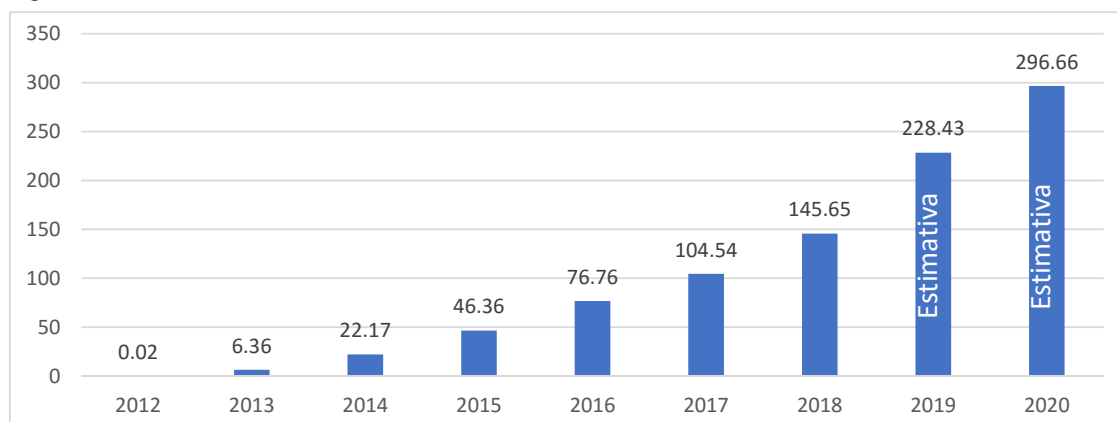
⁹ Na avaliação da sustentabilidade da dívida o Ministério das Finanças utiliza um método desenvolvido em conjunto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, conhecido como Análise de Sustentabilidade da Dívida de Países com Baixos Rendimentos (ASD-PBR). Tal como definido nas novas diretivas, a capacidade de um país para suportar dívida é classificada numa de três categorias (fraca, média ou forte), com base na sua pontuação no indicador agregado (IA).

na avaliação segundo o Artigo IV do Fundo Monetário Internacional (FMI) realizada em 2019. Também o risco de incumprimento da dívida externa baixou de médio para reduzido.

Alterações no volume da dívida externa

Ao longo do ano fiscal o volume da dívida externa aumentou 40%, passando de 104,54 milhões de dólares para 145,65 milhões. Este aumento deve-se ao novo desembolso total de 41,11 milhões a partir de instituições multilaterais e bilaterais, incluindo o BASD, BM e JICA, destinado a projetos em curso e a novos projetos. As amortizações de juros aumentaram de 1,51 milhões em 2017 para 2,58 milhões no final de 2018. Este montante é relativamente baixo quando comparado com o montante que o Governo deve atualmente a estes mutuantes.

Figura 14: Volume da dívida externa, em milhões de dólares



Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

Em face das etapas de progresso dos projetos, é esperado que o desembolso continue a aumentar em 2019, ainda que deva ter uma ligeira descida em 2020.

Indicadores de dívida

Os rácios de dívida de Timor-Leste aumentaram de forma muito reduzida ao longo dos anos. Apesar disto, o total da dívida pública permanece sustentável, refletindo a forma prudente como o Governo tem vindo a gerir a dívida.

Tabela 31: Indicadores de Dívida Externa para o período de 2012 a 2018, em percentagem do PIB e Receitas

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total da Dívida para o PIB							
Dívida Externa para o PIB	0,00	0,11	0,55	1,47	3,02	4,20	5,58
Total do Serviço da Dívida para as Receitas							
Serviço da Dívida para as Receitas	0,02	0,04	0,07	0,12	0,28	0,69	1,27
Serviço da Dívida para o PIB	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,05	0,08
<i>Em milhões de dólares, exceto se indicado de outro modo</i>							
Itens do Memorando							
Dívida Externa	0,02	6,36	22,17	45,33	75,72	104,38	145,65
Serviço da Dívida Externa	0,03	0,06	0,11	0,21	0,55	1,31	2,19
PIB	6.661,7 0	5.637,6 0	4.041,6 1	3.092,6 3	2.503,5 9	2.487,4 2	2.611,7 9
Receitas	135,88	151,10	170,23	173,69	200,51	188,84	171,89

Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

Dívida externa para o PIB – A dimensão da dívida externa para o PIB durante o período era relativamente reduzida quando comparada com o limiar de peso da dívida e com os índices de referência estabelecidos sob os quadros de sustentabilidade da dívida para países com baixos rendimentos¹⁰. Embora o rácio tenha aumentado constantemente de 0,11% em 2013 para 5,58% em 2018, os valores continuam bem abaixo dos 40%. Este aumento muito reduzido ficou a dever-se a uma subida nos desembolsos e à tendência de crescimento em baixa no PIB. Ainda que tenha havido uma recuperação ligeira em 2017-2018, o aumento percentual na dívida externa foi superior ao crescimento do PIB, o que fez com que a dívida externa crescesse em comparação com o PIB.

Serviço da dívida para as receitas – O rácio do serviço da dívida para as receitas começou a aumentar mais de duas vezes em 2015. Este aumento ficou a dever-se sobretudo a um aumento nos pagamentos do serviço da dívida, ao mesmo tempo que as receitas desceram em relação a 2017-2018. A amortização do principal do empréstimo 2857 do BAsD teve início em setembro de 2017. Apesar do aumento de 0,69% em 2017 para 1,27% em 2018, esta percentagem do serviço da dívida para as receitas continua bem abaixo do limite de 18%.

Serviço da dívida, valores concretos e estimativas – O serviço da dívida anual é calculado em relação a cada empréstimo de modo a cobrir a amortização do principal, dos juros e de outros pagamentos diversos relacionados com uma dívida durante um determinado período.

Tabela 32: Serviço da dívida por doador e tipos de pagamentos, em milhões de dólares

Doador	Serviço dívida	2018 concr.	2019 concr.	2019 Proj.	2020 Proj.	2021 Proj.	2022 Proj.	2023 Proj.	2024 Proj.
BAsD	Principal	0,54	2,43	2,6	3,70	4,15	11,93	14,12	14,12
	Juros	1,65	2,41	2,7	4,37	7,13	5,13	5,49	5,32
	Pagam.	0,12	0,08	0,2	0,12	0,03	0,00	0,0	0,0
BM	Principal	0,0	0,83	0,8	0,83	1,41	2,75	2,75	2,75
	Juros	0,71	0,83	1,1	1,77	1,92	1,89	1,82	1,75

¹⁰ Para obter mais informações sobre isto pode-se consultar o documento intitulado: “Nota Orientadora do Banco-Fundo sobre o Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países com Baixos Rendimentos”, fevereiro de 2018.

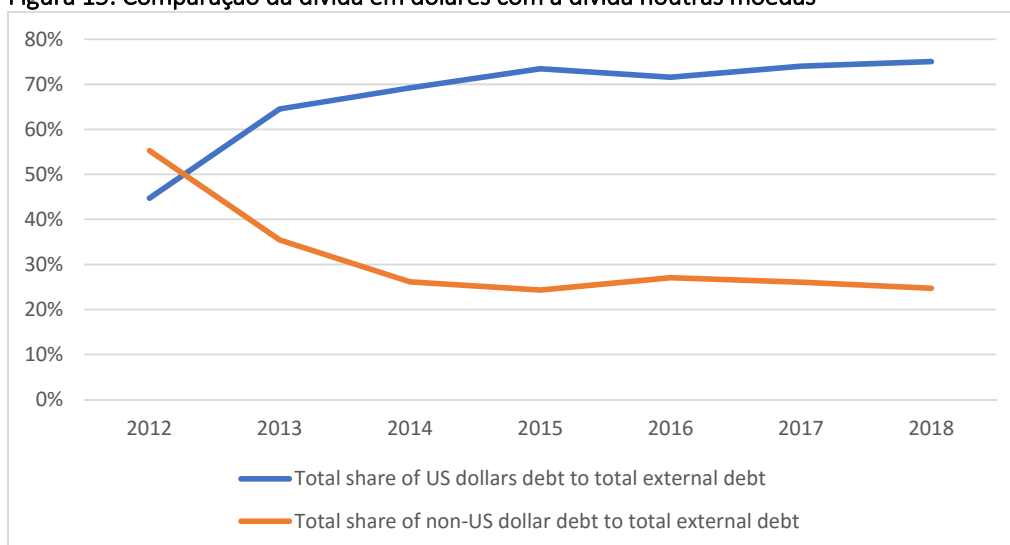
	Pagam.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JICA	Principal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,57	2,57	2,57
	Juros	0,06	0,04	0,0	0,00	0,00	0,01	0,35	0,33
	Pagam.	0,04	0,02	0,0	0,02	0,01	0,0	0,0	0,0
Total		3,13	6,63	7,5	10,81	14,65	24,28	27,10	26,84

Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

Indicadores de risco

Risco de Câmbio Externo – Cumprindo com a nota sobre política de empréstimos, o dólar americano continuou a ser a moeda dominante na carteira de dívida externa do Governo. Em face do peso elevado do dólar na economia, a grande fatia de dívida em dólares na carteira (75% em 2018) protegeu o Governo contra movimentações cambiais extremas. A política de reter a parte principal da dívida em dólares americanos irá continuar pelo menos no curto a médio prazo.

Figura 15: Comparação da dívida em dólares com a dívida noutras moedas



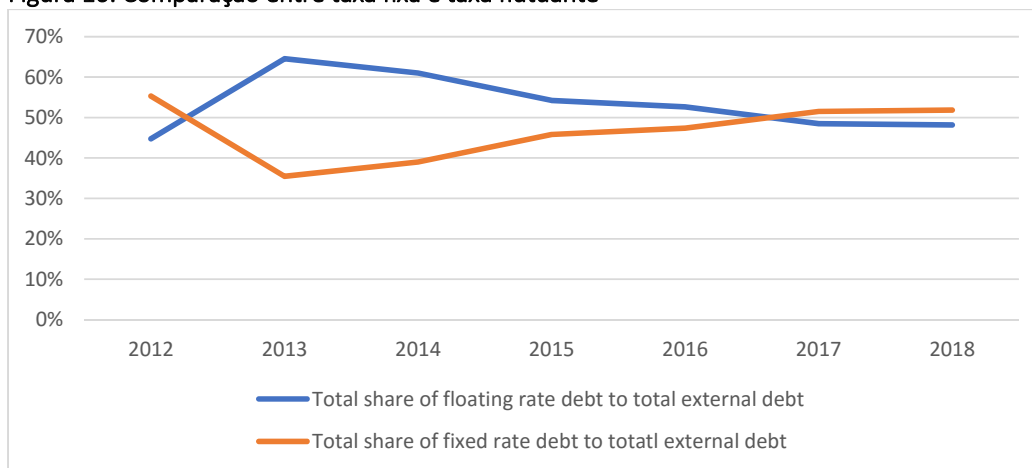
Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

Risco de taxas de juro – A partir de 2013 a fatia total da dívida com taxa fixa começou a aumentar, sendo que em 2017 e 2018 representou a maior parte da carteira de dívida. A mudança ocorreu como resultado da capacidade do Governo para gerir o risco de taxas de juro de forma independente, convertendo a prioridade de desembolso de taxa variável para taxa fixa, levando em conta a flutuação das taxas de juro nos mercados.

É esperado que o custo da contração de empréstimos continue a subir, uma vez que Timor-Leste é atualmente classificado como país em transição¹¹ e que vai aos poucos deixando de ter acesso a financiamento em condições favoráveis por parte de credores externos. Para limitar a exposição a choques ao nível de taxas de juro será necessário alargar o uso de mais financiamento em condições favoráveis a partir de mutuantes bilaterais.

¹¹ Por ser um país em transição, Timor-Leste tem acesso limitado a empréstimos em condições favoráveis com taxa de juro fixa.

Figura 16: Comparação entre taxa fixa e taxa flutuante



Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

2.6.3.2 Situação dos projetos atuais

Existem atualmente 15 projetos rodoviários em curso financiados por empréstimos em condições favoráveis, dos quais 6 se encontram já concluídos. Estes incluem estradas que ligam Tibar a Liquiçá, Tibar a Gleno, Manatuto ao cruzamento de Laclubar e Solerama ao corredor de Ainaro. Até 2019/2020 deverão também ser concluídos projetos relativos a estradas entre o cruzamento de Laclubar e Natarbora, Manatuto e Baucau e Díli e Manatuto, o que fará com que até final do ano mais de 60% dos projetos tenham sido concluídos.

A contribuição total de capital feita por este investimento é de 365 milhões de dólares, o que representa aproximadamente 62% do investimento total através de empréstimos em condições favoráveis. Foram já gastos 126 milhões, o que deixa um saldo de 103 milhões para gastar nos próximos 1 a 2 anos, de acordo com os períodos de construção dos projetos. A contribuição do Estado para o orçamento global do contrato de construção civil foi de 136 milhões. Estima-se que falem desembolsar 31 milhões.

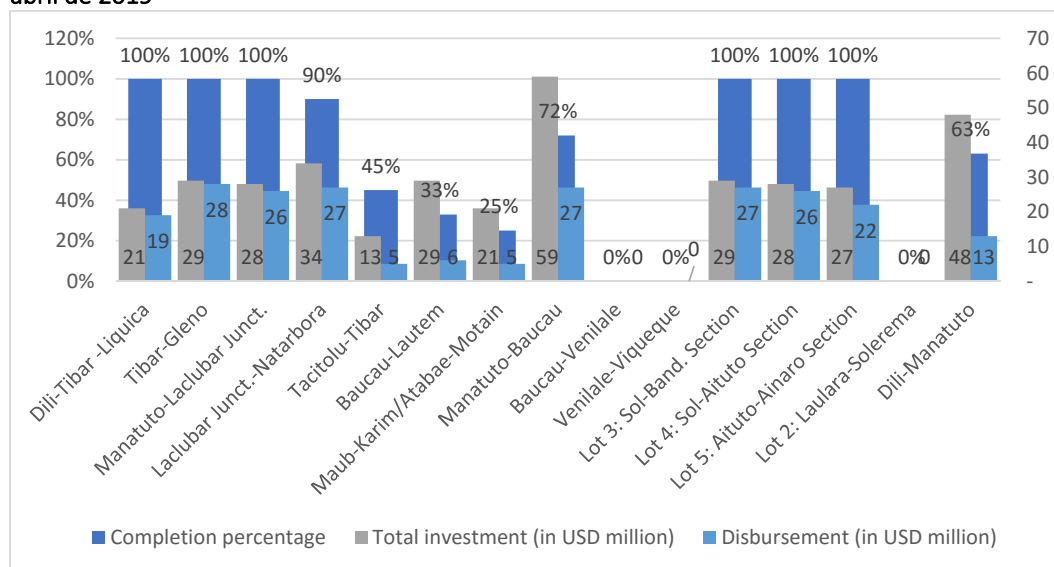
Novos projetos incluem o troço rodoviário entre Baucau e Venilale / Venilale e Viqueque e entre Laulara e Solerama. Os principais desafios na implementação dos projetos prendem-se sobretudo com a emissão de documentos de salvaguarda social por parte das linhas ministeriais relevantes, incluindo atrasos a nível de licenciamento ambiental e realojamentos, bem como atrasos de pagamentos. Estes últimos explicam as tendências ilustradas no gráfico seguinte no troço rodoviário entre Díli e Manatuto e entre Manatuto e Baucau. Ainda que os projetos tenham avançado relativamente bem, os desembolsos foram muito reduzidos comparativamente com os montantes contratuais.

Tabela 33: Investimento total a nível de construção civil, em milhões de dólares

Fonte do financiamento	Investimento total a nível de construção civil	Desembolsos em abril de 2019	Saldo contratual
Empréstimos	229	126	103
Contribuição do Estado	136	105	31
Total	365	231	134

Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019.

Figura 17: Progresso, desembolsos e preços contratuais a nível de construção civil por projeto em abril de 2019



Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019

É importante notar que existe uma poupança de cerca de 40 milhões de dólares nos projetos em curso financiados por empréstimos do BASD. A redução de custos aumenta todos os anos, uma vez que o número de concorrentes no aprovisionamento público também aumenta. Isto faz com que os preços tenham descido aproximadamente 40%. Isto inclui excedentes em trabalhos de construção, serviços de consultoria e contingências de empréstimos não alocadas. A nível de projetos, os troços entre, Baucau e Lautém, entre Maubara e Karim e entre Atabae e Motain contribuíram com mais de 25 milhões em poupanças, com outros projetos, tais como os troços entre Manatuto e Natarbora, entre Baucau e Viqueque, entre Manatuto e Baucau e entre Tacitolu e Tibar a perfazerem o restante do saldo.

Enquanto mutuário, o Governo pode decidir utilizar a totalidade da poupança ou simplesmente cancelar o montante, tal como previsto na Lei N.º 13/2011 sobre Dívida Pública e noutras leis relevantes. Para este efeito o Governo já solicitou ao BASD que maximize o uso de parte desta poupança para financiar a construção de três (3) pontes: Ponte de Seical, calçada de Borouai e calçada de Malailada, com um custo total estimado de 14 milhões de dólares. Deverá igualmente financiar um troço rodoviário longo entre Baucau e Lautém, mitigando a pressão sobre o Orçamento de Estado.

2.6.3.3 Empréstimos futuros

O desenvolvimento de infraestruturas continuará a ter um papel fundamental no sucesso a médio prazo do desenvolvimento económico do país. Novos setores estratégicos como a água, a educação, as telecomunicações e o petróleo deverão receber financiamento em condições favoráveis. Isto ajudará a libertar o potencial de crescimento de outras atividades económicas essenciais, conduzindo a um crescimento económico inclusivo e à redução da pobreza.

A este respeito, é necessário que o Parlamento aprove o teto anual para empréstimos no contexto da Lei do Orçamento de Estado antes de se proceder à implementação de todos estes programas. O montante é definido segundo as estimativas do custo dos projetos e a análise da sustentabilidade da dívida. Relativamente à ASD, segundo a análise interna do Ministério das Finanças o volume de dívida externa do país para o PIB permaneceu relativamente baixo em 2018, nos 5,58%. Elementos do FMI concluíram a consulta no país segundo o Artigo IV, destacando a necessidade de fazer um uso efetivo dos empréstimos em condições favoráveis de modo a continuar a investir em infraestruturas. Em face de tudo isto, o Governo propõe um teto de 750 milhões de dólares para novos empréstimos externos em condições favoráveis a serem negociados em 2020.

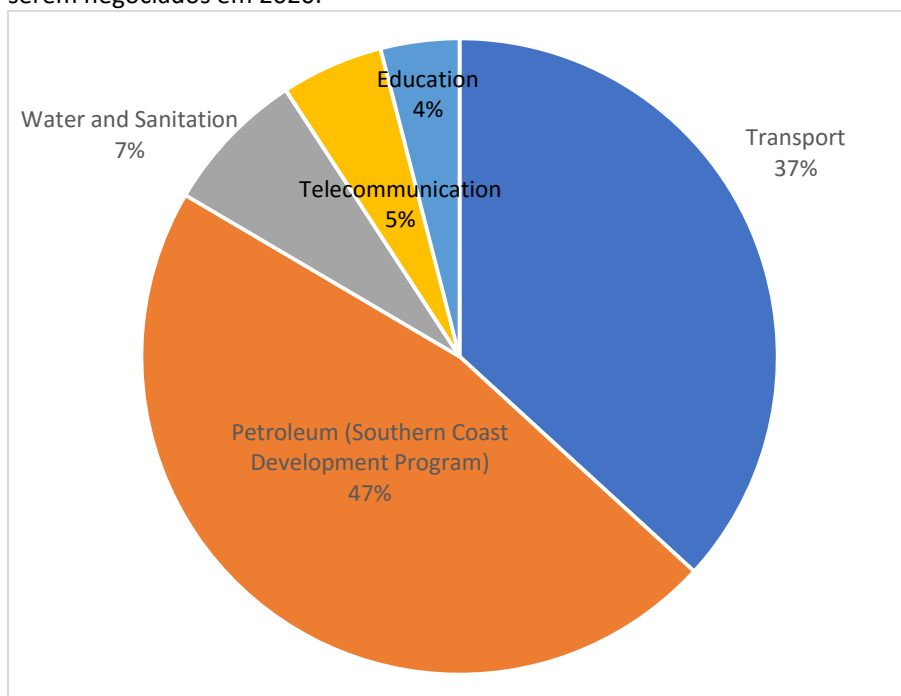


Figura 18: Alocação setorial do teto de empréstimos proposto para 2020

Fonte: Unidade de Empréstimo, Ministério das Finanças, junho de 2019

2.6.4 Uso do saldo de caixa

O total saldo da caixa que será usado para financiar o orçamento do estado é 380,6 milhões de dólares. O uso do saldo de caixa para o Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) no final de 2019 está previsto nos 254,3 milhões de dólares e da RAEOA/ZEESM é 126,3 milhões de dólares, indo servir para financiar o Orçamento de Estado para 2020. Por outro lado, não é previsto que haja transporte de saldos de caixa para o FDCH a partir de 2019.

Tabela 34: Uso do saldo de caixa em 2019

Total	2020
Transporte do FDCH	0,0
Levantamento de saldos de caixa a partir da conta do Tesouro	254,3
Levantamento de saldos de caixa a partir da conta do Tesouro de RAEOA/ZEESM	126,3

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Secretariado do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, 2019.

2.6.5 Apoio Direto ao Orçamento

Timor-Leste recebe apoio direto do orçamento (DBS) da União Europeia desde 2014. O último acordo foi assinado em 2016 sob o 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento. A contribuição máxima do componente de apoio orçamental é de US \$ 30 milhões para cinco anos (2016-2020).

O DBS da UE é considerado um financiamento para o Orçamento do Estado para 2020 porque utiliza o sistema do governo (o dinheiro está numa subconta bancária do Tesouro) e dentro do orçamento, onde o dinheiro é usado diretamente pelos ministérios que gerem o programa de gestão de finanças públicas (Ministério das Finanças), programa de erradicação de malnutrição (Ministério da Saúde) e descentralização (Ministério da Administração Estatal). O valor total do DBS para o Orçamento do Estado para 2020 é de \$7,5m, que é distribuído ao Ministério das Finanças (\$3,9), Ministério da Saúde (\$2,2) e o Ministério da Administração Estatal (\$1,4).

Nesse contexto, os fundos são entregues diretamente ao governo do país, sem a necessidade de reserva prévia. No entanto, uma parcela variável depende de indicadores-chave de desempenho (KPIs) específicos acordados pelo Ministério das Finanças e pela UE. Embora os fundos não sejam separados ou adicionais ao negócio principal do Ministério, eles devem apoiar prioridades claramente definidas e a própria estrutura de planeamento do Ministério.

Em 2019, recebeu uma primeira parcela de US \$ 3,1 milhões. A segunda parcela de US \$ 6,7 milhões foi recebida em 19 de setembro de 2019. Desse montante, US \$ 3,8 milhões foram distribuídos ao Ministério das Finanças, US \$ 2,2 milhões ao Ministério da Saúde e US \$ 559.951 ao Ministério da Administração Estatal. O Ministério das Finanças executou US \$ 4,0 milhões (assistência técnica nacional, assistência técnica internacional, viagens ao exterior, custos incidentais, previdência social, transferência para o Ministério da Saúde e Ministério da Administração Estatal) nos três primeiros trimestres de 2019.

2.6.6 Parcerias público-privadas

2.6.6.1 Panorama das parcerias público-privadas em Timor-Leste

Em termos gerais, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) dizem respeito a acordos segundo os quais o setor privado constrói ativos de infraestruturas e presta serviços tradicionalmente assegurados pelo Estado.

A justificação subjacente às PPPs em Timor-Leste resulta do facto de este esquema ter potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados e do financiamento do setor privado, resultando em ganhos ao nível da qualidade e da eficiência. Outra vantagem é que o Governo transfere parte dos riscos para o parceiro privado, como por exemplo o risco de atrasos ou derrapagens financeiras durante trabalhos de construção. Para lá disto, agrupar as

várias etapas da prestação de um serviço de infraestruturas cria os incentivos certos para o contratante apresentar um desempenho de qualidade elevada. Caso o mesmo contratante seja responsável por construir, operar e manter um equipamento de infraestrutura durante vários anos, isso será por inerência um incentivo para construí-lo de uma forma que optimize o funcionamento. Ainda outra vantagem dos esquemas de PPPs é que os contratos de PPPs tendem a ser baseados nos resultados e na obtenção de valor pelo dinheiro gasto através da transferência de riscos para o setor privado ao longo da vida do projeto, ao invés de serem baseados em elementos de produção, tal como acontece com o aprovisionamento tradicional. Isto significa que o Governo tem a certeza de estar a pagar por serviços que realmente funcionam e que dão resposta às necessidades concretas da sociedade.

Timor-Leste começou a explorar as PPPs como modalidade de implementação de projetos há cerca de 7 anos, tendo começado por estabelecer uma Política de PPPs, legislação sobre PPPs e uma Unidade dedicada a PPPs no Ministério das Finanças. A política de PPPs estabelece os princípios fundamentais das PPPs, ao passo que a legislação (Decreto-Lei N.º 42/2012, tal como emendado pelo Decreto-Lei N.º 02/2014, e Decreto-Lei N.º 08/2014) confirma a política enquanto processo formal e define um quadro para permitir ao setor público e ao setor privado serem partes num acordo de PPP; define os poderes das instituições relevantes e regula os procedimentos associados com o ciclo de projetos de PPPs. Tudo isto visa garantir que somente projetos de boa qualidade, com retornos socioeconómicos elevados e que estão alinhados com as prioridades estratégicas do Governo, são considerados para implementação através de uma modalidade de PPP. Por exemplo, a legislação sobre PPPs inclui um requisito em como todos os projetos de PPPs precisam passar por um estudo de pré-viabilidade e por um estudo completo de viabilidade antes de se avançar para a fase de aprovisionamento.

O DL N.º 8/2014 estipula a criação da UPPPE, uma instituição subordinada ao Ministério das Finanças destinada à facilitação de PPPs e que assumirá a tarefa de gerir e implementar o Ciclo de Projetos de PPPs em coordenação com linhas ministeriais e com o Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas (CAFI). Um papel importante da UPPPE consiste em promover e criar um ambiente que atraia investimento direto externo (IDE) através da modalidade de PPP, ao mesmo tempo que procura formas de encorajar o envolvimento do setor privado local em projetos de PPPs através de políticas que permitam o desenvolvimento de PPPs em pequena e média escala. Um setor com potencial elevado nesta área é o Setor do Turismo.

2.6.6.2 Atuais projetos de PPPs

Atualmente existe um projeto de PPP em **Fase de Implementação e Operação** (PPP do Porto da Baía de Tibar), um em **Fase de Aprovisionamento e Negociação** (Diagnósticos Médicos) e outro em **Fase Inicial de Viabilidade** (Habitações Acessíveis).

Projeto de PPP do Porto da Baía de Tibar

A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão a 30 anos, incluindo o desenho, financiamento parcial, construção, operação e manutenção das infraestruturas portuárias. O Acordo de Concessão foi assinado em junho de 2016, com o encerramento final a acontecer em agosto de 2018. O projeto encontra-se atualmente em fase de construção. Instalaram-se um estaleiro de construção e gabinetes, aprovou-se o desenho geral, está em curso o desenho detalhado, a dragagem e a reclamação, e está-se a preparar o aprovisionamento de novos itens de trabalho, incluindo equipamentos. Prevê-se atualmente que as operações arranquem em agosto de 2021.

O projeto de PPP do Porto da Baía de Tibar envolveu a provisão de *Viability Gap Funding* (VGF) no valor de 129,5 milhões de dólares em 2016 (registados como despesa em 2016) relativamente a terraplanagem, construção e compra de equipamentos. A contribuição do setor privado para este projeto ronda os 155,0 milhões, o que significa que a contribuição VGF do Governo representa cerca de 45% do custo total do projeto.

De modo a manter o VGF até ao desembolso o Governo foi contratualmente obrigado a depositar o montante pleno numa Conta Caução. Para este efeito foi assinado um Acordo Tripartido de Caução entre o Governo, a Timor Port SA e o United Overseas Bank (UoB) de Singapura, em novembro de 2016. O primeiro desembolso a partir da Conta Caução teve lugar a 20 de agosto de 2019.

A Conta Caução está a render juros. A 16 de setembro de 2019 os juros totalizavam **5,41 milhões de dólares**, sendo depositados na Conta de Juros de Caução. O Acordo de Caução estipula que os juros gerados só podem ser transferidos para o Governo após o encerramento da conta e/ou o término do Acordo de Caução.

PPP de Diagnósticos Médicos

A PPP de Diagnósticos Médicos está atualmente a preparar documentos de concurso e outras estruturas necessárias (por exemplos sala de dados acessível), que são os primeiros passos na **Fase de Aprovisionamento e Negociação**. Já antes, a 11 de julho de 2019, o CAFI aprovou o Estudo de Viabilidade e o Relatório de Estruturação de Transação (RET), no seguimento de autorização concedida pelo Ministério da Saúde em junho de 2019. O RET recomendou que o projeto melhore os serviços de imagiologia e diagnóstico laboratorial no Hospital Nacional, em todos os hospitais de referência e em 8 Centros Comunitários de Saúde (CCSs), de modo a cobrir 98,2% da população. Recomenda-se que o período de concessão seja de 11 anos, nomeadamente 1 ano de melhoria e construção de determinadas instalações e um período de operação de 10 anos. Foram igualmente recomendados potenciais parâmetros para propostas e critérios de avaliação de propostas.

PPP de Abastecimento de Água em Díli

O projeto de PPP de Abastecimento de Água em Díli está atualmente a finalizar a fase II do EV, durante a qual foram examinadas as modalidades de PPPs selecionadas na Fase I (arrendamento, arrendamento com risco reduzido e contrato de gestão) de forma mais detalhada e segundo perspectivas técnicas, financeiras, económicas e legais. O objetivo principal do estudo em curso é providenciar informações e análises que permitam ao Governo decidir se e como envolver o setor privado nos serviços de abastecimento de água na capital. Contudo, as recentes alterações na política governamental relativamente à reforma do setor deverão tornar difícil que este projeto seja transformado numa PPP. Assim sendo, não foi feita qualquer outra alocação orçamental para este programa.

Habitações Acessíveis

O projeto de Habitações Acessíveis está a finalizar o estudo de pré-viabilidade e aguarda a identificação e designação formal do local por parte da Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais (DNTPSC). Após se proceder a ajustes a diversos parâmetros conceptuais com base em locais disponíveis, os resultados serão enviados novamente ao Ministro das Obras Públicas para autorização. O passo seguinte será garantir a aprovação do CAFI antes de se

avançar para a fase de Estudo de Viabilidade, durante a qual se fará uma análise mais aprofundada dos termos técnicos, legais, comerciais, sociais e ambientais.

2.6.6.3 Novas iniciativas

Prevê-se que o turismo seja um de vários setores estratégicos com potencial para diversificar a economia timorense. Em face das suas ligações próximas a outros setores, as melhorias no setor do turismo requerem uma vasta gama de intervenções, como por exemplo a nível de infraestruturas de transportes, água e saneamento, agricultura. Infraestruturas de saúde e educação e formação.

3 Lei do Orçamento Geral de Estado para 2020

Este documento será enviado separadamente.

3.1 Anexos

Este documento será enviado separadamente.

4 Documentos de apoio

4.1 Justificação para a transferência a partir do Fundo Petrolífero

4.2 Relatório do RSE: Requisito para transferir o RSE de 2020 a partir do Fundo Petrolífero

4.3 Relatório do Acima de RSE: Requisito para transferir o Acima de RSE de 2020 a partir do Fundo Petrolífero

Este documento será enviado separadamente.